



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 167

SÁBADO, 28 DE SETEMBRO DE 1968

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SESSÕES CONJUNTAS

Em 1.º de outubro de 1968, às 21 horas
(TERÇA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Em 2 de outubro de 1968, às 21 horas
(QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Veto Presidencial:

Ao Projeto de Lei n.º 33, de 1965, no Senado, e número 3.364/65, na Câmara, que dispõe sobre a mudança do nome ou do prenome do brasileiro naturalizado, posterior à naturalização, e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	único	Totalidade do projeto.

PARECER

N.º 41, DE 1968 (CN)

da Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei n.º 23, de 1968 (CN), que "dá nova redação ao inciso IV do parágrafo único do art. 174 do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966".

Relator: Deputado Raymundo de Andrade.

RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a Mensagem número 26, acompanhada de exposição de motivos firmada pelos Senhores Ministros das Pastas da Fazenda, Minas e Energia e do Planejamento e Coordenação Geral, submete à deliberação do Congresso Nacional o presente projeto de lei que visa a alterar o Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, no que tange ao disposto no inciso IV do parágrafo único do seu artigo 174.

Pretende a proposição, ora em exame, evitar seja a Companhia Vale do Rio Doce, a partir de 21 de novembro próximo, excluída da isenção do

Veto Presidencial:

Ao Projeto de Lei n.º 33, de 1965, no Senado, e número 856/67, na Câmara, que dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais, e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	único	Totalidade do projeto.

PARECER

Da análise atenta dos fundamentos ou razões que levaram à exclusão da Companhia Vale do Rio Doce — nos termos do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966 — evidencia-se uma única conclusão: equívoco na redação desse diploma legal. De boa fé, nenhuma outra se delinea. Senão vejamos:

Dentre os motivos que persuadiram o Governo a conceder e manter a isenção para a ELETROBRÁS e a PETROBRÁS parecem-nos sobrelevar-se os seguintes:

- a) dispondo a União do controle acionário, uma vez que detém a quase totalidade das ações dessas empresas, seria apenas criar onerosas complicações

burocráticas e cobrar-lhes direitos alfandegários ou outros tributos como recursos rentáveis que irão, do mesmo modo, apenas por vias diferentes, diretamente para os cofres públicos;

- b) reduzir o custo de serviços ou insumos infra-estruturais, em benefício da produção industrial ou agrícola;
- c) não criar maiores entraves à expansão daquelas empresas, justamente quando mais se avoluma a necessidade de recursos financeiros, na oportunidade da aquisição de equipamentos do exterior e sua implantação, contingência imposta aos países cuja produção de bens de capital ainda não atingiu o necessário grau de desenvolvimento tecnológico.

Se tais fundamentos, com maior ou menor incidência, prevalecem para a Companhia Vale do Rio Doce, a eles se juntam outros de preeminência indiscutível. Queremos nos referir à posição dessa Empresa — que é a do

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Assinatura Via Superfície

Semestre NCr\$ 20,00
Ano NCr\$ 40,00

Número avulso

Assinatura Via Aérea

Semestre NCr\$ 40,00
Ano NCr\$ 80,00

NCr\$ 0,20

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02.

Tiragem: 20.000 exemplares

Brasil — no mercado mundial — do minério de ferro e ao seu relevante papel na sufocante luta econômica que, como País em desenvolvimento, permanentemente enfrentamos: **manutenção da capacidade de importar.**

Quanto ao primeiro aspecto, basta atentar para a nossa posição geográfica em relação aos maiores centros consumidores de minério de ferro, flagrantemente desfavorável em confronto com outros países produtores. E isto numa conjuntura que caracteriza o atual panorama comercial daquele produto e que, tudo indica, se manterá por muitos anos ainda: mercado comprador, ou, em outras palavras, não tem vez o vendedor sem capacidade de competição. O exemplo do Japão, nosso maior consumidor, no momento, é terminante: competimos com a Austrália, que tem suas minas mais próximas do litoral e fica a um terço da distância marítima que nos separa daquele nosso antípoda geográfico — o Japão.

Sem ser tão desfavorável em relação a outros centros consumidores, a realidade é que só nos restam como únicas armas de competição, a quali-

dade do nosso minério — não muito superior à do nosso principal comprador, a Austrália — e uma organização empresarial capaz de extrair, beneficiar e comercializar o minério em condições valorizativas e preços competitivos do produto. E isso não se consegue sem os incentivos que lhe possa prestar o sistema econômico da Nação.

A Companhia Vale do Rio Doce, responsável por 80% da nossa exportação de minério, mantém-se bem sucedida nesse esforço competitivo, pois, continuamente vem ampliando suas exportações mas com o pesado empenho dos seus recursos na constante adaptação dos seus equipamentos aos avanços da tecnologia nos setores da extração, beneficiamento e transporte do minério, visando sempre à maior produtividade e melhoria do produto.

Quanto ao segundo aspecto — papel da Companhia Vale do Rio Doce na manutenção da nossa capacidade de importar é relevante: 75 a 80 milhões de dólares é a soma de divisas que proporciona o minério produzido e transportado. Se considerarmos que

na produção de divisas o minério de ferro é superado apenas pelo café e produtos fabricados e, às vezes, pelo açúcar e algodão; se considerarmos, também, a forte predominância da cota que cabe à Companhia Vale do Rio Doce na exportação do minério de ferro (80%); e se considerarmos, ainda, que o café e os produtos fabricados resultam das atividades de inúmeras empresas, chegaremos à conclusão de que a Companhia Vale do Rio Doce é individualmente a nossa maior produtora de divisas, devolvendo à economia nacional todos os benefícios fiscais ou tributários que se lhe possa conceder dentro das disposições legais em vigor.

Sentiu a Companhia Vale do Rio Doce, no decorrer de sua longa experiência de exportadora de minério, que não bastava mecanizar a lavra de seu produto, introduzir melhoramentos na sua estrada de ferro e construir um terminal moderno capaz de receber navios de alto porte, se não resolvesse o elo mais importante na comercialização do minério. Já por si, a situação geográfica do Brasil, distante dos principais mercados con-

sumidores, torna de fundamental importância o custo do transporte marítimo.

Além da redução dos custos, visava a CVRD, ao fundar a sua subsidiária de navegação, exercer um controle — parcial que fôsse — na colocação do seu produto, evitando que as flutuações dos fretes decorrentes da especulação e da própria mecânica deste ramo de negócio, sujeito à lei da oferta e da procura, prejudicasse sua política de vendas em proveito de seus competidores.

Se se limitasse a CVRD a vender seu produto em base FOB, desinteressando-se do elo principal da cadeia de comercialização do mesmo, que se inicia nas minas e termina nas usinas consumidoras, ficaria à mercê de seus competidores, que normalmente dispõem de frota própria, por ter interesse com grupo de armadores, manipulando com este controle o mercado de minério de ferro.

Queremos, por oportuno, ressaltar aqui a situação da Companhia Siderúrgica Nacional que, na espécie, é mais ou menos idêntica à Companhia Vale do Rio Doce.

O Decreto-Lei n.º 4.363, de 6 de junho de 1942, assegurou, em seu artigo 1.º, à Companhia Siderúrgica Nacional, a isenção do imposto de importação e demais taxas aduaneiras sobre os materiais e equipamentos importados destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramentos, funcionamento, exploração, conservação e custeio da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

Com o advento do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, que dispôs sobre o imposto de importação e revogou a maioria das isenções concedidas por leis anteriores, dois anos após a data da publicação do referido diploma legal (art. 174), está a Companhia Siderúrgica Nacional em vias de perder aquela imunidade fiscal.

Entretanto, o Decreto-Lei n.º 37, em seu art. 174, parágrafo único, inciso IV, manteve as isenções previstas nas Leis n.ºs 1.815, de 13 de fevereiro de 1953 (empresas nacionais concessionárias da navegação aérea); 2.004, de 3 de outubro de 1953 (PETROBRÁS); 3.890-A, de 25 de abril de 1961

(ELETROBRÁS); 4.287, de 3 de dezembro de 1963 (PETROBRÁS, e 5.173, de 27 de outubro de 1966 (SUDAM).

Embora compreensível que se mantenha a isenção do imposto de importação para entidades incumbidas da execução do monopólio estatal, como a PETROBRÁS, não se justifica, todavia, que dessa isenção seja excluída empresa sob o controle acionário da União, como a Companhia Siderúrgica Nacional e outras, que exercitam atividade de maior interesse público, tanto mais quanto, da mesma isenção se beneficiam sociedades privadas, como as empresas de navegação aérea e outras dedicadas à indústria gráfica ou à fabricação de fertilizantes e inseticidas.

Por outro lado, em face dos programas do desenvolvimento nacional, a Companhia Siderúrgica Nacional pode ser considerada, em muitos aspectos, em situação semelhante àquelas sociedades de economia mista que, por força do já citado artigo 174, do Decreto-Lei n.º 37, mantiveram as isenções concedidas por leis anteriores.

Assim, examinando o assunto à luz do Decreto-Lei n.º 37, não há razão para a revogação da isenção tributária concedida à Companhia Siderúrgica Nacional pelo Decreto-Lei número 4.363, considerando, ainda, estar a Companhia em vias de proceder à expansão de sua Usina, o que a obrigará a importar inúmeros equipamentos dos Estados Unidos da América do Norte.

Dai a conveniência de se corrigir nesta oportunidade, as anomalias existentes, que se traduzem no fato de não serem extensivas às subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce os benefícios de que gozam as subsidiárias da ELETROBRÁS e de não ser mantida para a Companhia Siderúrgica Nacional, a mesma imunidade fiscal de que se beneficiam as demais empresas governamentais já mencionadas.

Assim, à semelhança do que foi, pelo artigo 18 da Lei n.º 3.890-A, concedido à ELETROBRÁS ("A Sociedade e suas subsidiárias gozarão de isenção...") e considerando, como diz a mensagem presidencial que encaminha o Projeto de Lei, que "em face dos programas de desenvolvimento

nacional a CVRD e CSN podem ser consideradas, sob certos aspectos, em situação semelhante à da ELETROBRÁS, por isso que, se a esta cabe a execução da política de energia elétrica, àquela incumbe importante função na política do minério de ferro e sua comercialização", afigura-se-nos oportuno estender, por equidade, às subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce o benefício da isenção.

Com relação às emendas assim nos pronunciamos:

PARECER AS EMENDAS

A de n.º 1,

do Senador Desiré Guarani.

Entendemos ser da maior procedência a emenda proposta pelo nobre Senador Desiré Guarani. Entretanto, data venia, não guarda ela, relação com o projeto do Executivo. Se a adotássemos, teríamos de incluí-la no substitutivo e a lei conseqüente estaria cuidando de matérias diversas, contra as exigências da técnica legislativa.

Com essas considerações, lamentamos ter de concluir pela rejeição da referida emenda.

A DE N.º 2,

Do Deputado Argilano Dario.

Infuradas as razões expendidas para justificar a emenda sob exame.

O imposto a que alude a iniciativa governamental quando recebido é recolhido aos cofres da União, não afetando, em hipótese alguma, a economia do Estado do Espírito Santo.

Nesta conformidade, pronunciamos-nos contrariamente à aprovação desta emenda.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

SUBSTITUTIVO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O inciso IV do parágrafo único do art. 174 do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV — previstas no Decreto-Lei n.º 4.352, de 1.º de junho de 1942; Decreto-Lei n.º 4.363, de 6 de junho de 1942; Leis n.ºs 1.815, de

13 de fevereiro de 1963; 2.004, de 3 de outubro de 1953; 3.890-A, de 25 de abril de 1961; 4.287, de 3 de dezembro de 1963; e 5.173, de 27 de outubro de 1966."

Art. 2.º — O art. 9.º do Decreto-Lei n.º 4.352, de 1.º de junho de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9.º — Fica assegurada a isenção do imposto de importação e demais taxas sobre materiais e equipamentos importados com destino aos serviços previstos neste Decreto-Lei, bem como os que couberem às suas subsidiárias existentes e às que se organizarem para extração, beneficiamento e transporte de minério de ferro até os centros consumidores."

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1968. — Senador José Ermírio, Presidente — Deputado Raymundo Andrade, Relator — Deputado Celso Passos — Senador Desiré Guarani — Senador Paulo Torres — Senador Carlos Lindenberg — Senador José Leite — Senador Raul Giuberti — Deputado Alberto Hoffmann — Senador Duarte Filho — Senador Flávio Brito — Senador Bezerra Neto — Deputado Argilano Dario — Senador Argemiro de Figueiredo — Senador Antônio Carlos.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA

EMENDA N.º 1

Ao Projeto de Lei n.º 23, de 1968 (C.N.)
Acrescente-se, onde couber:

"Art. Ficam revogadas as limitações de peso e valor para automóvel de que trata o artigo 59 da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957, e suas alterações".

Justificativa

A Lei n.º 3.244/57, em seu artigo 59, proibiu a importação de automóveis de peso superior a 1.600 quilos

ou de preço superior a 2.300 dólares. Alterações posteriores reduziram o peso limite para 1.100 quilos e elevaram o preço limite para 3.500 dólares.

Esta lei foi posta em vigor quando o Brasil ainda não possuía uma indústria automobilística e procurava reduzir as despesas cambiais com veículos, estabelecendo restrições quanto aos automóveis de luxo.

Hoje, porém, dispomos de uma indústria automobilística que se desenvolve em bases firmes, produzindo quase toda ela veículos de passeio de peso inferior a 1.100 quilos e que se destinam ao grande público consumidor. Os automóveis estrangeiros importados, para consumo de uma minoria altamente abastada (milionários excêntricos e artistas famosos, em especial) não prejudica a indústria nacional e já nem afeta o balanço cambial, pelo seu número proporcionalmente pequeno.

Acontece, ainda, que para melhor proteger a indústria nacional, o Executivo dispõe do instrumento das tarifas específicas, pelas quais grava de forma elevada a importação de qualquer objeto ou mercadoria de luxo capaz de ameaçar a indústria de similares nacionais. Assim é que pela Portaria n.º 499, de outubro de 1967, o Conselho de Política Aduaneira estabeleceu para os automóveis de 1.100 quilos de peso ou 3.500 dólares de valor a tarifa específica de 5.360 dólares, sobre a qual são calculados os direitos de importação desses veículos.

Assim sendo, e já dispondo o Executivo do instrumento da tarifa específica, pela qual poderá gravar de forma onerosa quanto lhe pareça necessário a importação de qualquer bem para proteger a indústria nacional, não vemos por que necessariamente a proibição de importar automóvel de mais de 1.100 quilos de peso ou de valor superior a 3.500 dólares, mesmo porque a entrada no País de tais veículos não afetará a indústria nacional nem a balança cambial, pois se trata de automóveis não produzidos por nossas fábricas e destinados a uma minoria abastada que, se fizer questão de usá-los, irá destinar ao Erário vultosas somas com base na

tarifa específica, fixada pelo Conselho de Política Aduaneira.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1968. — Desiré Guarani.

EMENDA N.º 2

AO PROJETO DE LEI N.º 23, DE 1968 (C.N.)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. A exceção das isenções ou reduções previstas no Decreto-Lei n.º 4.352, de 1.º de junho de 1942, incluída na nova redação do inciso IV do parágrafo único do artigo 174 do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, não terá aplicação ao Estado do Espírito Santo."

Justificação

O Estado do Espírito Santo, com a recente erradicação do café, determinada pelo IBC, sofreu grande abalo em sua receita.

O Estado, apesar de pequeno, muito tem contribuído para o engrandecimento econômico do Brasil, não tendo, em contrapartida, recebido o amparo que, como todos os demais, merece.

Encontra-se, como é de todos sabido, fora das zonas que se beneficiam com os "Incentivos fiscais".

Não é justo, agora, que se suprima mais uma fonte de renda do Estado, incluindo-se nas exceções previstas no item IV do parágrafo único do artigo 174 do Decreto-Lei n.º 37, de 1966, as isenções ou reduções previstas no Decreto-Lei n.º 4.352, de 1942, já revogadas pelo citado artigo 174.

O prejuízo para o Estado será indiscutivelmente imenso, pois, a medida proposta reduziria grandemente a receita obtida pela movimentação feita, no Estado, pela Companhia Vale do Rio Doce, que ocupa grandes áreas nos Municípios de Cariacica, Villa Velha, Vitória e Serra, onde se encontram situados parques, estações, depósitos e cais de embarque de minérios.

Estas as razões que nos levaram a apresentar a presente emenda, que visa, tão-somente, a resguardar os interesses do Estado que representamos, sem dúvida alguma, merecedor da atenção de todos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 1968. — Deputado Argilano Dario.

SENADO FEDERAL

ATA DA 208.ª SESSÃO EM 27 DE SETEMBRO DE 1968

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Oscar Passos — Desiré Guarani — Lobão da Silveira — Menezes Pimentel — Duarte Filho — Argemiro de Figueiredo — Pessoa de Queiroz — José Ermírio — Arnaldo Paiva — Carlos Lindenberg — Raul Giuberti — Gilberto Marinho — José Feliciano — Bezerra Neto — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 16 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE OFÍCIOS

Do 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados.

N.º 3709, de 26 do corrente mês — comunicando que a Emenda n.º 1 do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 109/68 foi aprovada por aquela Casa, tendo a Emenda n.º 2 sido considerada aprovada nos termos do art. 54, § 2.º, da Constituição Federal. Projeto enviado à sanção em 26-9-69.

Do Sr. 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados, remetendo à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 135, DE 1968 (N.º 1.067, de 1968, na origem)

Retifica, sem ônus, a Lei número 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Fica retificada, sem ônus, a Lei n.º 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na forma seguinte:

5.10.00 — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Adendo "A"

PARA

Onde se lê:

Fundação Educacional Infante Juvenil — Belém — NCr\$ 25.000,00.

Leia-se:

Federação Educacional Infante-Juvenil — Belém — NCr\$ 25.000,00.

Onde se lê:

Creche do Hospital da Ordem Terceira — Belém — NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência —
NCr\$ 5.000,00.

Onde se lê:

Berço de Belém — NCr\$ 7.000,00.

Leia-se:

Associação Berço de Belém —
NCr\$ 7.000,00.

ESPIRITO SANTO

Onde se lê:

Diocese de São Mateus, para obras sociais São José—Água Branca —
NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Diocese de São Mateus, para obras sociais São José—Água Branca —
NCr\$ 4.000,00.

Onde se lê:

Casa da Criança — Guaçuí —
NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Casa da Criança de Veneranda —
Guaçuí — NCr\$ 3.000,00.

BAHIA

Onde se lê:

Orfanato Nossa Senhora dos Humil-
des — Santo Amaro —
NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Recolhimento Nossa Senhora dos
Humildes — Santo Amaro —
NCr\$ 5.000,00.

Onde se lê:

Aprendizado Manoel Clemente Cal-
das — Nazaré — NCr\$ 5.000.

Leia-se:

Ginásio Clemente Caldas — Naza-
ré — NCr\$ 5.000,00.

Onde se lê:

Asilo de Menores Abandonados de
Nazaré — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Asilo de Meninos Desvalidos da Ci-
dade de Nazaré — Nazaré — .
NCr\$ 3.000,00.

Onde se lê:

Asilo dos Menores da Cidade de Na-
zaré — NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Asilo de Meninos Desvalidos da Ci-
dade de Nazaré — NCr\$ 4.000,00.

Onde se lê:

Associação Protetora da Velhice e
Infância Desamparada — Irará
— NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Sociedade Protetora da Infância e
da Velhice Desamparada — Irará
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Orfanato do Recolhimento do Con-
vento dos Humildes Santo Amaro
— NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Recolhimento Nossa Senhora dos
Humildes — Santo Amaro —
NCr\$ 2.000,00.

GUANABARA

Onde se lê:

União dos Operários de Jesus, para
assistência ao Menor —
NCr\$ 9.000,00.

Leia-se:

União das Operárias de Jesus — ..
NCr\$ 9.000,00.

Onde se lê:

Educandário Santa Cruz, mantido
pelos Irmãos Oblatas de S. S. Re-
demptor — NCr\$ 10.000,00.

Leia-se:

Educandário da Santa Cruz, man-
tido pelas Religiosas Oblatas do
Santíssimo Redemptor —
NCr\$ 10.000,00.

Inclua-se:

Escola Gratuita da Paróquia de
Nossa Senhora Consoladora de
Mangueira, mantida pela Socie-
dade Missionária de Nossa Senho-
ra Consoladora — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Total — NCr\$ 525.000,00.

Leia-se:

Total — 527.000,00.

MINAS GERAIS

Onde se lê:

Associação de Proteção à Materni-
dade e à Infância — Leopoldina
— NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação de Assistência e Prote-
ção à Infância — Leopoldina —
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Asilo de Órfãos Sagrados Corações
de Jesus e Maria — Barbacena —
NCr\$ 13.000,00.

Leia-se:

Asilo dos Sagrados Corações de Je-
sus e de Maria — Barbacena —
NCr\$ 13.000,00.

Onde se lê:

Asilo S. S. Coração de Jesus —
Barbacena — NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Asilo dos Sagrados Corações de Je-
sus e de Maria — Barbacena —
NCr\$ 5.000,00.

Onde se lê:

Associação Ponte-novense de Assis-
tência à Criança — Ponte Nova
— NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação Ponte-novense de Prote-
ção à Criança — Ponte Nova —
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Granja Menino Jesus, da Associa-
ção de Proteção à Criança de Pon-
te Nova — NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Associação Ponte-novense de Prote-
ção à Criança de Ponte Nova —
NCr\$ 4.000,00.

MATO GROSSO

Onde se lê:

Abrigo dos Menores Necessitados de
Dourados — Lar Santa Rita de
Cássia — NCr\$ 6.000,00.

Leia-se:

Abrigo dos Menores Necessitados de
Dourados — NCr\$ 6.000,00.

PERNAMBUCO

Onde se lê:

Orfanato, Bom Conselho — Bom
Conselho — NCr\$ 8.000,00.

Leia-se:

Orfanato Nossa Senhora do Bom
Conselho — Bom Conselho — ...
NCr\$ 8.000,00.

RIO DE JANEIRO

Onde se lê:

Asilo do Carmo — Campos —
NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação Mantenedora do Asilo
Nossa Senhora do Carmo — Cam-
pos — NCr\$ 2.000,00.

RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:

Clube de Saúde Dr. Mário Totta —
Caxias do Sul — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação dos Pais e Amigos dos
Excepcionais — Clube de Saúde
Dr. Mario Totta — Caxias do Sul
— NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Instituto Vicente Paloti — Pôrto
Alegre — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Instituto Beneficente e Educacional
Vicente Paloti — Pôrto Alegre —
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Orfanato Lar Bom Abrigo de Ijuí
— NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Instituto Lar Bom Abrigo de Ijuí
— NCr\$ 2.000,00.

SANTA CATARINA

Onde se lê:

Asilo de Órfãos São Vicente de Pau-
lo — Florianópolis —
NCr\$ 7.000,00.

Leia-se:

Asilo de Órfãos São Vicente de Pau-
lo, a cargo da Irmandade do Di-
vino Espírito Santo — Florianó-
polis — NCr\$ 7.000,00.

Onde se lê:

Asilo das Órfãs da Irmandade do
Divino Espírito Santo — Floria-
nópolis — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Asilo de Órfãos São Vicente de Pau-
lo, a cargo da Irmandade do Di-
vino Espírito Santo — Florianó-
polis — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Irmandade do Divino Espírito Santo e Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo — Florianópolis —
NCr\$ 6.000,00.

Leia-se:

Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo, a cargo da Irmandade do Divino Espírito Santo — Florianópolis — NCr\$ 6.000,00.

Onde se lê:

Escola Gratuita São Canísio — Itapiranga — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Instituto de Assistência e Educação São Canísio — Capela — Itapiranga — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Instituto Coração de Maria para Assistência a Menor — Piratuba — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Instituto Coração de Maria para Assistência a Menor — Piritiba — (ex-Piratuba) — NCr\$ 2.000,00.

SÃO PAULO

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — Capivari — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — Capivari — NCr\$ 2.000,00.

MENSAGEM

Onde se lê:

Casa dos Menores de Consórcio Intermunicipal da Alta Araraquarense, para Assistência a menores — Inhadeara — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Casa de Menores de Inhadeara, mantida pelo Consórcio Intermunicipal da Alta Araraquarense — São José do Rio Preto —
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Berçário Creche São Francisco de Assis — Lins — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Berçário São Francisco de Assis — Lins — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Lar Caminho da Verdade — Campinas — NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Associação Espirita Caminho da Verdade — Campinas —
NCr\$ 4.000,00.

Onde se lê:

Abrigo dos Menores Desamparados dos Frades — Piracicaba —
NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Lar Franciscano de Menores — Piracicaba — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Sociedade Civil Beneficente Creche Anita Ferreira Braga, da Sociedade Casa da Criança de Caçapava — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Sociedade Casa da Criança — Caçapava — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Educandário São José — Assistência a Menores — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Educandário São José, de São José do Rio Pardo — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Educandário São Paulo da Cruz — Cuatê — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Educandário São Paulo da Cruz — Quatá — 2.000,00.

Exclua-se:

Escola Gratuita da Paróquia de Nossa Senhora Consoladora de Mangueira, mantida pela Sociedade Missionária de Nossa Senhora Consoladora —
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Total — NCr\$ 1.334.000,00.

Leia-se:

Total — NCr\$ 1.332.000,00.

PARANÁ

Onde se lê:

Lar Infantil Amélie Boudet — Mandaguçu — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Lar Infantil Amélie Boudet — Mandaguari — NCr\$ 3.000,00.

5.03.00 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Adendo "E"

PARAÍBA

Onde se lê:

2) Sindicato Rural de Campina Grande, para o Serviço Genealógico do Estado da Paraíba, em convênio com a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro —
NCr\$ 10.000,00.

Leia-se:

2) Sindicato Rural de Campina Grande, para manutenção do Serviço Genealógico no Estado — NCr\$ 10.000,00.

5.05.00 — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Adendo "A" — Conselho Nacional de Desportos

BAHIA

Onde se lê:

Federação de Tênis da Bahia — NCr\$ 7.000,00.

Leia-se:

Federação Baiana de Tênis —
NCr\$ 7.000,00.

Adendo "B". — Subvenções Ordinárias 01 — ACRE

Rio Branco

Onde se lê:

Sociedade Beneficente dos Operários de Rio Branco (SBORBA) — NCr\$ 11.800,00.

Leia-se:

Sociedade Beneficente dos Operários de Rio Branco (SBORBA), sendo NCr\$ 2.000,00 para a Escola Maria Olívia Sá de Mesquita — NCr\$ 11.800,00.

05 — BAHIA

Onde se lê:

Guandu

Associação de Assistência à Infância e Adolescentes de Guandu — NCr\$ 1.700,00.

Hospital Regional de Guandu — NCr\$ 1.300,00.

Santa Casa de Misericórdia de Guandu, para o Hospital — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Guandu

Associação de Assistência à Infância e Adolescentes de Guandu — NCr\$ 1.700,00.

Hospital Regional de Guandu — NCr\$ 1.300,00.

Santa Casa de Misericórdia de Guandu, para o Hospital — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Pariparanga (nome de Município)

Leia-se:

Paripiranga

Santa Maria da Vitória

Suprima-se:

Instituição Jesus Cristo — NCr\$ 300,00.

Santana

Onde se lê:

Instituto Jesus Cristo — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Instituição Jesus Cristo — NCr\$ 3.300,00.

Paramirim

Onde se lê:

Ginásio Paramirim — NCr\$ 2.000,00

Leia-se:

Fundação 16 de setembro, para o Ginásio de Paramirim — NCr\$ 200.000,00.

Salvador

Onde se lê:

Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus — 3.000,00.

Colégio dos Órfãos do Sagrado Coração de Jesus — NCr\$ 3.400,00.

Colégio das Órfãs do Santíssimo Coração de Jesus — 1.000,00.

Orfanato Coração de Jesus — NCr\$ 1.000,00.

Órfãos do Coração de Jesus — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus — NCr\$ 9.400,00.

Onde se lê:

Devoção do Senhor do Bonfim, para obras sociais — NCr\$ 13.800,00.

Leia-se:

Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, para obras sociais — NCr\$ 13.800,00.

Onde se lê:

Instituto Baiano de Investigação de Tuberculose (IBIT) — NCr\$ 4.400,00.

Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose — NCr\$ 3.700,00.

Leia-se:

Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose — NCr\$ 8.100,00.

Cansanção

Onde se lê:

Associação Beneficente Senhora Santana — NCr\$ 2.000,00.

Sociedade Beneficente Senhora Santana — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Sociedade Beneficente Senhora Santana — NCr\$ 3.000,00.

Salvador

Onde se lê:

Sociedade de Engenharia da Bahia — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Sociedade de Engenheiros da Bahia — NCr\$ 3.000,00.

06 — CEARÁ

Icó

Onde se lê:

Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Icô — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Sociedade de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Icô — NCr\$ 2.000,00.

07 — DISTRITO FEDERAL

Onde se lê:

Associação Assistencial e Educacional da Paróquia S. José — NCr\$ 400,00.

Associação Educacional e Assistencial S. José (Asa Norte) — NCr\$ 3.800,00.

Obras Sociais da Paróquia S. José (Asa Norte) — NCr\$ 2.100,00.

Leia-se:

Associação Educacional e Assistencial São José (Asa Norte) — NCr\$ 6.300,00.

Onde se lê:

Instituto Mãe da Igreja — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — NCr\$ 1.000,00.

Exclua-se:

Associação Beneficente Progressista — Planaltina — NCr\$ 9.000,00.

Onde se lê:

Total — NCr\$ 1.446.400,00.

Leia-se:

Total — NCr\$ 1.437.400,00.

08 — ESPÍRITO SANTO

Onde se lê:

Ibiraçu

Instituto Comboniano de Ibiraçu — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Ibiraçu

Instituto Comboniano de Ibiraçu — NCr\$ 1.000,00.

Vitória

Onde se lê:

Colégio Santa Luiza de Marília — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Colégio Santa Luiza de Marillac — NCr\$ 1.000,00.

10 — GOIÁS

Goiânia

Onde se lê:

Legionárias do Bem-Estar Social —
NCR\$ 12.000,00.

Leia-se:

Fundação Legionárias do Bem-Estar Social — NCR\$ 12.000,00.

Morrinhos

Onde se lê:

Escolas Seminário Luz e Liberdade —
NCR\$ 5.000,00.

Leia-se:

Escola Primária Luz e Liberdade —
NCR\$ 5.000,00.**Planaltina**

Inclua-se:

Associação Beneficente Progressista
do Povoado de Água Fria —
NCR\$ 9.000,00.

Onde se lê:

Total — NCR\$ 1.287.100,00.

Leia-se:

Total — NCR\$ 1.296.100,00.

11 — GUANABARA

Onde se lê:

Colônia dos Pintores do Brasil —
NCR\$ 1.000,00.

Leia-se:

Colmeia dos Pintores do Brasil —
NCR\$ 1.000,00.

Onde se lê:

Congregação Redentorista —
NCR\$ 2.000,00.

Leia-se:

Congregação Redentorista —
NCR\$ 3.000,00.

Onde se lê:

Casa do Estudante Pobre do Brasil — NCR\$ 200,00.

Leia-se:

Caixa do Estudante Pobre do Brasil — NCR\$ 200,00.

12 — MARANHÃO

Inclua-se:

Fortuna (nome de município) —
imediatamente após "Associação de
Proteção à Maternidade e à Infância"
de Fortaleza dos Nogueiras."

13 — MATO GROSSO

Rondonópolis

Onde se lê:

Ação Social dos Pescadores de Rondonópolis — NCR\$ 1.000,00.

Leia-se:

Associação dos Pescadores de Rondonópolis — NCR\$ 1.000,00.

14 — MINAS GERAIS

Onde se lê:

Pompéia (nome de município).

Leia-se:

Pompéu (nome de município).

Ouro Fino

Onde se lê:

Sociedade São Vicente de Paulo —
NCR\$ 1.300,00.Asilo São Vicente de Paulo —
NCR\$ 600,00.

Leia-se:

Sociedade São Vicente de Paulo,
sendo NCR\$ 600,00 para o Asilo
São Vicente de Paulo —
NCR\$ 1.900,00.**Juiz de Fora**

Onde se lê:

Associação Beneficente Mãe dos
Pobres — NCR\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação Beneficente Nossa Senhora
Mãe dos Pobres —
NCR\$ 2.000,00.**Aifenas**

Onde se lê:

Serviço de Assistência ao Adulto e
à Infância — NCR\$ 500,00.

Leia-se:

SARAI — Serviço de Assistência e
Recuperação do Adulto e da Infância — NCR\$ 500,00.

15 — PARÁ

Belém

Onde se lê:

Associação Beneficente São Brás —
NCR\$ 5.000,00.União Beneficente de São Brás —
NCR\$ 300,00.

Leia-se:

Sociedade Beneficente São Brás —
NCR\$ 5.300,00.

16 — PARAÍBA

Cabaceiras

Onde se lê:

Conferência Vicentina N. S. da
Conceição — NCR\$ 400,00.Sociedade São Vicente da Paulo —
NCR\$ 1.400,00.

Leia-se:

Conferência Vicentina Nossa Senhora
da Conceição —
NCR\$ 1.800,00.**Campina Grande**

Onde se lê:

Casa da Criança Felix Araujo —
NCR\$ 1.500,00.

Leia-se:

Casa da Criança Felix Araujo —
NCR\$ 500,00.

Onde se lê:

Casa de Caridade Padre Ibiapina —
NCR\$ 2.900,00.

Leia-se:

Casa de Caridade Padre Ibiapina —
NCR\$ 3.900,00.

Onde se lê:

Escola de Artes — NCR\$ 500,00.

Leia-se:

Escola de Artes (Fundação Universidade
Regional do Nordeste) —
NCR\$ 500,00.

Onde se lê:

Centro Acadêmico da Faculdade de
Ciências Econômicas —
NCR\$ 1.500,00.

Leia-se:

Centro Acadêmico Faculdade de
Ciências Econômicas —
NCR\$ 1.500,00.

Onde se lê:

Fraternidade Espírita (para a Casa
dos Velhos Desamparados) — ..
NCR\$ 300,00.

Fraternidade Espírita Luz e Verdade — NCR\$ 2.000,00.

Leia-se:

Fraternidade Espirita Luz e Verdade — NCr\$ 2.300,00.

Onde se lê:

Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica —
NCr\$ 400,00.

Leia-se:

Fundação Universidade Regional do Nordeste — NCr\$ 400,00.

Onde se lê:

Colégio Alfredo Dantas —
NCr\$ 500,00.

Ginásio Alfredo Dantas —
NCr\$ 600,00.

Leia-se:

Ginásio Alfredo Dantas —
NCr\$ 1.100,00.

Exclua-se:

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — NCr\$ 24.500,00.

Lagoa Seca

Onde se lê:

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — NCr\$ 26.500,00.

Princesa Isabel

Onde se lê:

Hospital São Vicente de Paulo —
NCr\$ 2.500,00.

Sociedade de Assistência Hospitalar para a manutenção do Hospital São Vicente de Paulo —
NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Sociedade de Assistência Hospitalar, para manutenção do Hospital São Vicente de Paulo —
NCr\$ 3.500,00.

17 — PARANÁ

Antonina

Onde se lê:

Lar Santa Luzia — NCr\$ 1.500,00.

Leia-se:

Lar Santa Luisa — NCr\$ 1.500,00.

Clevelândia

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Pôsto de Puericultura de Clevelândia —
NCr\$ 29.000,00.

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância —
NCr\$ 29.000,00.

Curitiba

Onde se lê:

Fundação Bonfin, para assistência médica — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Fundação Boutin, para assistência médica — NCr\$ 1.000,00.

Iratí

Onde se lê:

Lar das Meninas São José —
NCr\$ 200,00.

Leia-se:

Lar dos Meninos São José —
NCr\$ 200,00.

Onde se lê:

Casa Escolar de Umbará —
NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Casa Escolar de Umbará —
NCr\$ 1.000,00.

Foz do Iguaçu

Onde se lê:

Colégio das Irmãs de Foz do Iguaçu — NCr\$ 200,00.

Leia-se:

Instituto São José — NCr\$ 200,00.

17 — PERNAMBUCO

Macaparana

Onde se lê:

Sociedade Beneficente Tereza de Jesus — 2.000,00.

Leia-se:

Instituto Beneficente Tereza de Jesus — 2.000,00.

Bom Jardim

Onde se lê:

Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jardim — ..
NCr\$ 15.800,00.

Leia-se:

Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jardim sendo NCr\$ 7.700,00 para manutenção da Maternidade Maurício de Meireiros — 15.800,00.

Moreno

Onde se lê:

Fundação Maria do Carmo Maranhão — NCr\$ 25.000,00.

Leia-se:

Recife

Fundação Maria do Carmo Maranhão — NCr\$ 25.000,00.

Recife

Onde se lê:

Sociedade Lutadores do Bem — ..
NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Sociedade Benéfica Lutadores do Bem — NCr\$ 1.000,00.

Onde se lê:

Ipojuca

Ginásio Nossa Senhora do Ó
(CNEG) — NCr\$ 1.000,00.

Instituto Fundação São José — ..
NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Ipojuca

Ginásio Nossa Senhor do Ó
(CNEG) — NCr\$ 1.000,00.

Itaíba

Instituto Fundação São José — ..
NCr\$ 2.000,00.

18 — PIAUI

Onde se lê:

Cocal

Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo — NCr\$ 300,00.

Centro Social Imaculada Conceição — NCr\$ 3.200,00.

Educandário Dr. Lustosa Sobrinho — NCr\$ 200,00.

Ginásio São José — NCr\$ 500,00.

Corrente

Centro Social Imaculada Conceição — NCr\$ 2.000,00.

Educandário Dr. Lustosa Sobrinho — NCr\$ 1.000,00.

União Artística Operária Correntina
— NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:
Cocal

Sociedade Beneficente São Vicente
de Paulo — NCr\$ 300,00.

Corrente

Centro Social Imaculada Conceição
— NCr\$ 5.200,00.

Educandário Dr. Lustosa Sobrinho
— NCr\$ 1.200,00.

Ginásio São José — NCr\$ 500,00.

União Artística Operária Correntina
— NCr\$ 1.000,00.

20 — RIO DE JANEIRO

Onde se lê:

Macaé

Associação Social de Proteção e As-
sistência da Criança de Quissamã
— NCr\$ 2.300,00.

Quissamã

Associação Social de Proteção e As-
sistência à Criança de Quissamã
— NCr\$ 23.800,00.

Leia-se:

Quissamã

Associação Social de Proteção e As-
sistência da Criança — NCr\$..
26.100,00.

22 — RIO GRANDE DO SUL

Campinas do Sul

Onde se lê:

Escola Normal Regional Nossa Se-
nhora Aparecida — NCr\$ 400,00.

Leia-se:

Escola Normal Nossa Senhora Apa-
recida — NCr\$ 400,00.

Marcelino Ramos

Onde se lê:

Sociedade Marcellinense de Auxílio
aos Necessitados — NCr\$ 1.500,00.

Sociedade Marcellinense de Prote-
ção à Maternidade e à Infância —
NCr\$ 300,00.

Associação Marcellinense de Prote-
ção à Maternidade e a Infância —
NCr\$ 600,00.

Leia-se:

Associação Marcellinense de Prote-
ção à Maternidade e à Infância —
NCr\$ 2.400,00.

Bento Gonçalves

Onde se lê:

Ginásio São Roque — NCr\$ 100,00.

Leia-se:

Ginásio Comercial de Monte Belo —
NCr\$ 100,00.

Pelotas

Onde se lê:

Lar de Jesus — Fundação Filantró-
pica de Auxílio aos Necessitados
— NCr\$ 2.200,00.

Leia-se:

Instituto Espírita "Lar de Jesus",
para auxílio aos necessitados —
NCr\$ 2.200,00.

Onde se lê:

Pontifícia Universidade Católica de
Pelotas — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Universidade Católica de Pelotas —
NCr\$ 1.000,00.

25 — SANTA CATARINA

Onde se lê:

Alto Paraguaçu

Escola São João Batista — NCr\$..
1.400,00.

Itaiópolis

Colégio São João Batista — Para-
guaçu — NCr\$ 1.100,00.

Leia-se:

Itaiópolis

Escolas Reunidas São João Batista
Alto Paraguaçu — NCr\$ 2.500,00.

Criciúma

Onde se lê:

Obras Sociais da Paróquia do Bairro
São Cristóvão — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Obras Sociais da Capela de São
Cristóvão — NCr\$ 1.000,00.

Jaraguá do Sul

Onde se lê:

Hospital São José — NCr\$ 8.900,00.

Leia-se:

Hospital e Maternidade São José —
NCr\$ 8.900,00.

26 — SÃO PAULO

Capivari

Onde se lê:

Associação dos Trabalhadores da
Região — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação dos Trabalhadores da
Região de Capivari — NCr\$
2.000,00.

Onde se lê:

Mirandópolis

Associação e Oficinas de Caridade
Santa Rita de Cássia para a Ofi-
cina Nossa Senhora das Neves —
NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

São Paulo

Associação e Oficinas de Caridade
Santa Rita de Cássia, para a Ofi-
cina Nossa Senhora das Neves —
Bairro de Mirandópolis —
NCr\$ 2.000,00.

Monte Alto

Onde se lê:

União Espírita Asilo Vicentino —
NCr\$ 100,00.

União Espírita de Monte Alto, para
o Albergue Noturno e Asilo Vici-
entino — NCr\$ 200,00.

Leia-se:

União Espírita de Monte Alto, sen-
do NCr\$ 100,00 para o Asilo Vi-
centino e NCr\$ 200,00 para o Al-
bergue Noturno — NCr\$ 300,00.

Santa Cruz do Rio Pardo

Onde se lê:

Sociedade São Vicente de Paulo —
NCr\$ 200,00.

Leia-se:

Lar São Vicente de Paulo —
NCr\$ 200,00.

São Paulo

Onde se lê:

Associação das Damas de Caridade
de São Vicente de Paulo — Paró-
quia de Santa Genoveva —
NCr\$ 300,00.

Leia-se:

Associação das Damas de Caridades
de São Vicente de Paulo — Paró-

quia de Santa Generosa — NCr\$ 300,00.	Onde se lê:	Leia-se:
Onde se lê:	Sociedade dos Engenheiros da Cidade do Salvador — NCr\$ 2.000,00.	Fundação Legionárias do Bem-Estar Social — NCr\$ 4.000,00.
Associação Espírita Cristã Padre Zabeu Kauffman — NCr\$ 2.400,00.	Leia-se:	11 — Guanabara
Leia-se:	Sociedade dos Engenheiros da Bahia — NCr\$ 2.000,00.	Onde se lê:
Associação Cristã Padre Zabeu Kauffmann — NCr\$ 2.400,00.	07 — DISTRITO FEDERAL	Centro de Recuperação do Rio de Janeiro — NCr\$ 2.000,00.
Onde se lê:	Onde se lê:	Leia-se:
Lar Escola Cairbar Schutel (Vila Morse) — NCr\$ 800,00.	Instituto Mãe da Igreja — NCr\$.. 1.500,00.	Centro de Reabilitação do Rio de Janeiro — NCr\$ 2.000,00.
Lar Escola Cairbar Schidel — NCr\$ 1.000,00.	Leia-se:	Onde se lê:
Leia-se:	Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — NCr\$ 1.500,00.	Liga Brasileira contra os Acidentes do Tráfego — NCr\$ 1.000,00.
Lar Escola Cairbar Schutel (Vila Morse) — NCr\$ 1.800,00.	Onde se lê:	Leia-se:
Timburi	Caixa Escolar do Jardim de Infância da SQ-403/4 — Asa Sul — NCr\$ 2.000,00.	Liga Brasileira contra os Acidentes do Trabalho — NCr\$ 1.000,00.
Onde se lê:	Leia-se:	Exclua-se:
Asilo São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.	Associação da Igreja Metodista — Jardim de Infância da Asa Sul — NCr\$ 2.000,00.	Sociedade Beneficente de Dorcas de Brasília, mantida pela Obra Educacional e Assistência Social Adventista — NCr\$ 5.000,00.
Sociedade São Vicente de Paulo — NCr\$ 300,00.	Exclua-se:	Onde se lê:
Leia-se:	Associação Beneficente Progressista — Planaltina — NCr\$ 18.000,00.	Total do Estado da Guanabara — NCr\$ 1.236.000,00.
Sociedade de São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.300,00.	Onde se lê:	Leia-se:
Franca	Total — NCr\$ 1.272.500,00.	Total do Estado da Guanabara — NCr\$ 1.231.000,00.
Onde se lê:	Leia-se:	12 — MARANHÃO
Sociedade Amigos de Franco da Rocha — NCr\$ 1.000,00.	Total — NCr\$ 1.254.500,00.	Balsas
Leia-se:	10 — GOIAS	Onde se lê:
Franco da Rocha	Onde se lê:	Prelazia Santo Antônio de Pádua — NCr\$ 5.000,00.
Sociedade Amigos de Franco da Rocha — NCr\$ 1.000,00.	Goiânia	Leia-se:
Adendo "C" — Subvenções Extraordinárias	Associação de Santana da Catedral de Goiás — NCr\$ 6.000,00.	Prelazia de Balsas — NCr\$ 5.000,00.
05 — BAHIA	Leia-se:	Alto Parnaíba
Salvador	Associação de Santana da Catedral de Goiás — NCr\$ 6.000,00.	Onde se lê:
Onde se lê:	Inclua-se:	Prelazia Santo Antônio de Pádua, para as obras sociais da Paróquia de Alto Parnaíba — NCr\$ 2.000,00.
Instituto Baiano de Investigações de Tuberculose (IBIT) — NCr\$ 1.000,00.	Planaltina	Leia-se:
Instituto Brasileiro para a Investigação de Tuberculose — NCr\$.. 6.500,00.	Associação Beneficente Progressista do Povoado de Água Fria — NCr\$ 18.000,00.	Prelazia de Balsas, para as obras sociais da Paróquia de Alto Parnaíba — NCr\$ 2.000,00.
Leia-se:	Onde se lê:	São Raimundo Mangabeiras
Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose (IBIT) — NCr\$ 7.500,00.	Total — NCr\$ 765.000,00.	Onde se lê:
	Leia-se:	Prelazia Santo Antônio de Pádua, para a Paróquia de São Raimundo das Mangabeiras — NCr\$.. 2.000,00.
	Total — NCr\$ 783.000,00.	
	Goiânia	
	Onde se lê:	
	Legionárias do Bem Estar Social de Goiânia — NCr\$ 4.000,00.	

Leia-se:

Prelazia de Balsas, para a Paróquia de São Raimundo das Mangabeiras — NCr\$ 2.000,00

14 — MINAS GERAIS

Ganhães

Onde se lê:

Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Conferência São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.

Poté

Onde se lê:

Conselho Particular Senhor Bom Jesus, da Sociedade São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Conferência Senhor Bom Jesus, da Sociedade São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.

Campo Belo

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — NCr\$ 1.500,00.

Leia-se:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — NCr\$ 1.500,00.

16 — PARAÍBA

Soledade

Onde se lê:

Conferência de São Vicente de Paulo — NCr\$ 4.000,00.

Confraria São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Conferência de São Vicente de Paulo — NCr\$ 5.000,00.

17 — PARANÁ

Onde se lê:

Curitiba

Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Irati

Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — NCr\$ 2.000,00.

18 — PERNAMBUCO

Recife

Onde se lê:

Centro Social Santo Antônio — NCr\$ 15.000,00.

Leia-se:

Centro Social de Santo Amaro — NCr\$ 15.000,00.

Belo Jardim

Onde se lê:

Instituto Santana — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Bom Jardim

Instituto Santana — NCr\$ 2.000,00.
22 — RIO GRANDE DO SUL

Pôrto Lucena

Onde se lê:

Sociedade Hospitalar São José — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Sociedade Hospital São José — NCr\$ 1.000,00.

Santo Antônio da Patrulha

Onde se lê:

Escola Industrial Santo Antônio — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Ginásio Industrial de Santo Antônio — NCr\$ 2.000,00.

Viamão

Onde se lê:

União Brasileira de Educação e Ensino (Escola Medianeira de Aplicação de Viamão) — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE) — Colégio Nossa Senhora das Graças — NCr\$ 2.000,00.

Pôrto Xavier

Onde se lê:

Hospital de Caridade São Francisco Xavier — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Hospital de Caridade "Nossa Senhora dos Navegantes" — NCr\$ 3.000,00.

25 — SANTA CATARINA

Itaiópolis

Onde se lê:

Colégio São João Batista de Alto Paraguaçu — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Escolas Reunidas São João Batista — Alto Paraguaçu — NCr\$ 2.000,00.

Jaraguá do Sul

Onde se lê:

Hospital São José — NCr\$ 6.500,00.

Leia-se:

Hospital e Maternidade São José — NCr\$ 6.500,00.

Timbó

Onde se lê:

Escola São Vicente de Paulo — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Treze Tilias

Escola São Vicente de Paulo — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Treze Tilias

Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó — NCr\$ 6.000,00.

Sociedade Recreativa e Cultural de Timbó — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Timbó

Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó — NCr\$ 6.000,00.

Sociedade Recreativa e Cultural de Timbó — NCr\$ 1.000,00.

26 — SÃO PAULO

Jardinópolis

Onde se lê:

Sociedade Educativa Sagrado Coração de Jesus — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Associação Educativa Sagrado Coração de Jesus — 3.000,00.

Onde se lê:

São Paulo

Associação Canisiana de Escolas
Profissionais e Assistência Social
— NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Aparecida

Associação Canisiana de Escolas
Profissionais e Assistência Social
— NCr\$ 1.000,00.

São Paulo

Inclua-se:

Sociedade Beneficente Dorcas de
Brasília, mantidas pela União Sul
Brasileira da Igreja Adventista do
Sétimo Dia — NCr\$ 5.000,00.

Onde se lê:

Lar Escola Cairbar Schidel —
NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Lar Escola Cairbar Schutel —
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Total do Estado de São Paulo —
NCr\$ 3.008.000,00.

Leia-se:

Total do Estado de São Paulo —
NCr\$ 3.011.000,00.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Adendo "E"

CEARÁ

Onde se lê:

Bonfim de Icó — Escola Normal
Senhor do Bonfim —
NCr\$ 3.000,00.

Icó — Escola Normal Senhor do
Bonfim — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Icó — Escola Normal Senhor do
Bonfim — NCr\$ 6.000,00.

DISTRITO FEDERAL

Onde se lê:

Escola Nossa Senhora do Perpétuo
Socorro — NCr\$ 14.000,00.

Instituto Nossa Senhora do Perpétuo
Socorro — NCr\$ 940,00.

Leia-se:

Escola Normal do Instituto Nossa
Senhora do Perpétuo Socorro —
NCr\$ 14.940,00.

RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:

Pelotas — Escola Normal do Colégio
Diocesano — NCr\$ 10.000,00.

Leia-se:

Pelotas — Curso Científico do Colégio
Diocesano —
NCr\$ 10.000,00.

SÃO PAULO

Onde se lê:

São Paulo — Instituto Nacional de
Filosofia, para o Congresso Inter-
nacional de Filosofia, a reali-
zar-se em 1968 —
NCr\$ 100.000,00.

Leia-se:

São Paulo — Instituto Brasileiro de
Filosofia, para o Congresso Inter-
nacional de Filosofia, a realizar-
se em 1968 — NCr\$ 100.000,00.

Onde se lê:

São Carlos — Sociedade Educado-
ra e Beneficente Congregação das
Irmãs Missionárias de São Carlos
(Escola Normal Particular e Gi-
násio Santa Teresinha do Menino
Jesus) — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

São Paulo — Escola Normal Par-
ticular e Ginásio Santa Teresi-
nha do Menino Jesus —
NCr\$ 2.000,00.

Adendo "F"

Auxílios a Escolas e Ginásios Indus-
triais e Profissionais

MARANHÃO

Onde se lê:

Carolina — Confederação das Clas-
ses Operárias e Agrícolas —
NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Carolina — Confraternização das
Classes Operárias e Agrícolas —
NCr\$ 4.000,00.

RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:

Santo Antônio da Patrulha — Es-
cola Técnica Industrial de Santo
Antônio — NCr\$ 11.000,00.

Leia-se:

Santo Antônio da Patrulha — Gi-
násio Industrial de Santo Antô-
nio — NCr\$ 11.000,00.

Adendo "G"

Auxílios a Escolas, Colégios e Ginásios
Agrícolas e Agrotécnicos

ACRE

Onde se lê:

Rio Branco — Escolas de Economia
Doméstica do Instituto Santa Te-
rezinha — NCr\$ 11.000,00.

Leia-se:

Cruzeiro do Sul — Instituto Santa
Teresinha, para a Escola de Economia
Doméstica — NCr\$ 11.000,00.

BAHIA

Onde se lê:

Bonfim — Fundação Bonfinense de
Beneficência e Educação Rural —
NCr\$ 6.000,00.

Leia-se:

Senhor do Bonfim — Fundação
Bonfinense de Beneficência e
Educação Rural —
NCr\$ 6.000,00.

PARÁ

Onde se lê:

Ananindeua — Escola de Economia
Doméstica — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Ananindeua — Escola Doméstica
Nossa Senhora da Anunciação —
NCr\$ 2.000,00.

SÃO PAULO

Onde se lê:

São Paulo — Escola Pré-Vocacional
Nossa Senhora Consoladora, para
ensino agrícola — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Jau — Escola Pré-Vocacional Nossa
Senhora Consoladora, para ensi-
no agrícola — NCr\$ 2.000,00.

Adendo "I" — Auxílios a Estabelecimentos de Ensino Superior**BAHIA**

Onde se lê:

Faculdade de Filosofia de Feira de Santana — NCr\$ 50.000,00.

Leia-se:

Faculdade de Educação de Feira de Santana — NCr\$ 50.000,00.

5.09.00 — MINISTÉRIO DO INTERIOR

5.09.01.05 — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Adendo "A" — Auxílios a Entidades Educacionais**PARÁ****Ananindeua**

Onde se lê:

Instituto Nossa Senhora da Anunciação — NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação — NCr\$ 5.000,00.

5.09.01.08 — Superintendência do Vale do São Francisco

Adendo "A"**BAHIA****Paramirim**

Onde se lê:

Ginásio de Paramirim —
NCr\$ 10.000,00.

Leia-se:

Fundação 16 de Setembro, para o Ginásio de Paramirim —
NCr\$ 10.000,00.

5.14.00 — MINISTÉRIO DA SAÚDE

Adendo "C" — Departamento Nacional de Saúde**BAHIA**

Onde se lê:

Centro de Recuperação Visual da Bahia — Salvador — NCr\$
10.000,00.

Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira — Salvador — NCr\$ 60.000,00.

Leia-se:

Instituto Brasileira de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira — Salvador — NCr\$ 70.000,00.

GUANABARA

Onde se lê:

Instituto Brasileiro de História da Medicina, para a comemoração do centenário de Osvaldo Cruz — NCr\$ 20.000,00.

Leia-se:

Instituto Brasileiro de História da Medicina, para a comemoração do cinquentenário da morte de Osvaldo Cruz — NCr\$ 20.000,00.

Onde se lê:

Hospital República da Croácia — Sepetiba — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Casa de Saúde República da Croácia — Sepetiba — NCr\$ 3.000,00.

GOIÁS

Onde se lê:

Legionário do Bem-Estar Social, para a Maternidade — Goiânia — NCr\$ 20.000,00.

Leia-se:

Fundação Legionárias do Bem-Estar Social — Goiânia — NCr\$
20.000,00.**MINAS GERAIS**

Onde se lê:

Hospital da Conferência São Vicente de Paulo — Itanhomi —
NCr\$ 3.000,00.

Hospital São Vicente de Paulo, de Itanhomi — NCr\$ 9.000,00.

Leia-se:

Hospital São Vicente de Paulo (da Conferência São Vicente de Paulo) — Itanhomi —
NCr\$ 12.000,00.

Onde se lê:

Hospital do Instituto de Pesquisas Médico-Cirúrgicas de Minas Gerais — Belo Horizonte —
NCr\$ 40.000,00.

Leia-se:

Instituto de Pesquisas Médico-Cirúrgicas de Minas Gerais — Belo Horizonte — NCr\$ 40.000,00.

PARANÁ

Onde se lê:

Santa Casa São Vicente de Paulo — Terra Boa — NCr\$ 7.000,00.

Santa Casa de Misericórdia de Terra Boa — NCr\$ 15.000,00.

Leia-se:

Santa Casa São Vicente de Paulo — Terra Boa — NCr\$ 22.000,00.

RIO DE JANEIRO

Onde se lê:

Centro de Assistência Santa Justina — Mangaratiba — NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Centro de Obras Assistenciais Santa Justina — Mangaratiba — NCr\$ 4.000,00.

Onde se lê:

Conferência São José do Avai (Hospital Regional) — Itaperuna — NCr\$ 37.000,00.

Leia-se:

Hospital São José do Avai (da Conferência de São José do Avai, da Sociedade São Vicente de Paulo — Itaperuna — NCr\$ 37.000,00.

RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:

Sociedade Hospital de Caridade São José — Pôrto Lucena —
NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Sociedade Hospital São José — Pôrto Lucena — NCr\$ 4.000,00.

Onde se lê:

Associação Espirita Hospitalar Dr. Guaíba Rache — Rio Grande do Sul — NCr\$ 16.000,00.

Hospital Espirita Dr. Guaíba Rache — Rio Grande — NCr\$ 10.000,00.

Leia-se:

Associação Espirita do Hospital Dr. Guaíba Rache — Rio Grande do Sul — NCr\$ 26.000,00.

Onde se lê:

Hospital Santo Antônio — Pôrto Alegre — NCr\$ 40.000,00.

Hospital da Criança Santo Antônio, da Santa Casa de Misericórdia de Pôrto Alegre — NCr\$ 6.000,00.

Leia-se:

Hospital da Criança Santo Antônio, da Santa Casa de Misericórdia — Pôrto Alegre — NCr\$ 46.000,00.

Onde se lê:

Hospital São Roque — Faxinal do Soturno — NCr\$ 20.000,00.

Hospital de Caridade São Roque — Faxinal do Soturno — NCr\$ 6.000,00.

Leia-se:

Hospital de Caridade São Roque — Faxinal do Soturno — NCr\$ 26.000,00.

Onde se lê:

Hospital de Osório, da Sociedade Beneficente São Francisco de Paula — Osório — NCr\$ 10.000,00.

Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo — Osório — NCr\$ 16.000,00.

Leia-se:

Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo mantenedora do Hospital São Vicente de Paulo — Osório — NCr\$ 26.000,00.

Onde se lê:

Hospital de Caridade São José — Taquari — NCr\$ 34.000,00.

Sociedade Educação e Caridade, mantenedora do Hospital de Caridade São José — Taquari — NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Hospital de Caridade São José — Taquari — NCr\$ 39.000,00.

Onde se lê:

Hospital de Caridade de Alecrim — Alecrim — NCr\$ 2.000,00.

Sociedade Hospital de Caridade — Alecrim — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Hospital de Caridade de Alecrim — Alecrim — NCr\$ 5.000,00.

Adendo "F" — Serviço Nacional de Tuberculose

05) BAHIA

Onde se lê:

Instituto Brasileiro de Investigação de Tuberculose (IBIT) — NCr\$ 30.000,00.

Leia-se:

Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose — NCr\$ 30.000,00.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(A Comissão de Finanças.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 136, DE 1968

(N.º 1 571-B/68, na origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, o crédito especial de NCr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros novos), para fins que especifica, e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Interior, em favor da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, o crédito especial de NCr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros novos), destinado a atender às despesas iniciais com a instalação, o funcionamento e a execução dos programas de trabalho da Superintendência criada pela Lei n.º 5.365, de 1.º de dezembro de 1967.

Art. 2.º — A receita necessária à execução desta Lei decorrerá da anulação de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento vigente (Lei n.º 5.373, de 6 de dezembro de 1967), a saber:

5.09.01.07 — Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste

133.1.1390 — Financiamento e Assistência à Agricultura.

4.3.5.0 — Auxílios para Inversões Financeiras 600.000,00.

5.09.01.05 — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

320.1.1325 — Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia.

4.3.5.0 — Auxílios para Inversões Financeiras 5.400.000,00.

Art. 3.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(A Comissão de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência comunica que o Sr. Presidente do Senado Federal, Sen. Gilberto Marinho, promulgou, nos termos do art. 62, § 4.º da Constituição Federal, o texto aprovado e mantido pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, da Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos), para ocorrer a despesas com instalação de órgãos criados pela Lei n.º 4.088, de 12 de julho de 1962, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu o Requerimento de Informações número 1.257/68, de autoria do Senador Arnaldo Paiva, ao Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta ao Requerimento de Informações n.º 1.170/68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôres, enviada pelo Ministro da Indústria e do Comércio (Aviso n.º AP/310, de 25 de setembro de 1968).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício do Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento de Informações número 1.119/68, de autoria do Senador Mário Martins.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta ao citado Requerimento. (Pausa.)

Como não houve objeção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Telex do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, solicitando prorrogação do

prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

N.º 452/68, de autoria do Senador Milton Menezes;

N.º 949/68, de autoria do Senador José Ermírio.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta dos referidos Requerimentos. (Pausa.)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Telex do Sr. Ministro dos Transportes, solicitando prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Lino de Mattos

N.ºs 1.031, 1.033, 1.034 e 1.093, de 1968;

De autoria do Sen. Vasconcelos Tôrres

N.ºs 1.036, 1.043, 1.059, 1.062, 1.077, 1.081 e 1.086, de 1968.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta dos citados Requerimentos. (Pausa.)

Como não houve objeção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento de informações, cuja leitura será feita pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 1.271, DE 1968

Nos termos do art. 213, letra a, do Regimento Interno, requeremos sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio e Ministério da Fazenda (Conselho Monetário Nacional) as seguintes informações:

- 1.º) Tendo sido, após a publicação da lei n.º 5.474, de 18 de julho de 1968 (Lei das Duplicatas), endereçadas ao Senhor Presidente da República e outras autoridades, reclamações de entidades classistas, inclusive a Associação Comercial de São Paulo, sobre os inconvenien-

tes e até impraticabilidade da nova lei, quais os efeitos ou resultados das referidas reclamações.

- 2.º) Em cumprimento ao art. 27 da referida lei fez o Ministério da Indústria e do Comércio, ao Conselho Monetário Nacional, a proposta para que este baixe as normas de padronização formal dos títulos e documentos referidos na mesma Lei.

- 3.º) Em caso afirmativo ao item, e se já houver sido redigido o anteprojeto das normas, enviar uma cópia do mesmo.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 1968. — Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — O requerimento lido vai à publicação e, em seguida, será despachado pela Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Raul Giuberti, por cessão do Sr. Senador José Ermírio.

O SR. RAUL GIUBERTI — Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro lugar, quero agradecer a nimia gentileza dos Senadores Desiré Guarani e José Ermírio que, inscrito para falar antes de mim, cederam-me a vez, a fim de que eu pudesse dirigir a palavra, neste instante, aos nobres colegas.

(Lê)

Sr. Presidente, o objetivo de nossa presença, na Tribuna do Senado Federal, é registrar com satisfação, a presença na Casa, mais particularmente na Tribuna de Honra, de uma comissão americana, representativa de West Virgínia, dos Estados Unidos da América do Norte, a qual, em missão da Aliança para o Progresso, visitou recentemente o Estado do Espírito Santo e hoje nos honra com a sua visita.

Esta comissão, que é integrada, por personalidades de destaque, em diversos ramos de atividades, veio ao nosso país, com o propósito de estabelecer laços de companheirismo e amizade entre os Estados de West

Virgínia e Espírito Santo. Essas unidades federativas, uma nos Estados Unidos e a outra no Brasil, deverão entrelaçar-se, através de um programa cooperativo, que poderá abranger todos os setores de atividades humanas.

Pode, à primeira vista, parecer supérfluo, falar em intercâmbio cultural ou comercial e companheirismo, entre dois países, que são tradicionalmente amigos, e sempre pautaram as suas relações, com mútua compreensão e propósito de resolver harmoniosamente, todas as questões de comum interesse. O companheirismo, porém, a que se refere a Aliança para o Progresso, não é apenas, um sentimento ou uma vocação afetiva, mas um programa de cooperação, estruturado objetivamente, para promover o desenvolvimento local e regional, valendo-se da experiência e da força de trabalho, que ambos possuem. É um companheirismo no terreno prático, e não apenas sentimental. Os povos subdesenvolvidos, não devem esperar, libertar-se do atraso econômico com a ajuda gratuita exterior, mas incentivar a auto-confiança e procurar sustentar-se nos próprios pés. Nenhuma ajuda é eficaz, se o beneficiário, não se dispuser a tornar-se também, um elemento produtivo e poder, por sua vez, ajudar os mais fracos.

Esse, é o espírito que anima a Aliança para o Progresso, através de seus Companheiros, que já operam em cerca de quinze unidades de nossa Federação. O Espírito Santo é o último a integrar essa família, que desejamos cada vez mais ampla e harmoniosa, para o desenvolvimento integral e integrado do continente americano.

O Estado do Espírito Santo, foi escolhido, como parceiro do Estado de West Virgínia, devido à similitude que existe entre eles, no que tange à produção agrícola, pastoril e industrial e aos recursos econômicos, além de outros fatores, que são avaliados pelo escritório dos Companheiros em Washington.

Os projetos são concebidos e estruturados, tendo em vista a solução de problemas reais, cuja remoção é necessária para o progresso cultural e

econômico da região. Podem inserir-se nos setores mais diversos, tais como educação, indústria, comércio, navegação, pesca, agricultura, saúde, artes populares, turismo, estradas etc. Essa amplitude de objetivos é compreensível, uma vez que não se pode imaginar, um companheirismo exclusivista, limitado a determinados aspectos da vida social.

Os líderes desse movimento, é que temos agora o prazer de acolher nesta Casa e a quem oferecemos as nossas boas-vindas.

Chegaram ao Rio de Janeiro no dia 16 próximo passado, e no dia 17 seguiram para o Espírito Santo, onde foram recepcionados em Vitória pelo Governador do Estado e todo o seu Secretariado, além dos representantes da indústria e do comércio.

Percorreram as cidades de Colatina, Santa Teresa, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim e Mimoso do Sul, verificando as nossas possibilidades no sentido de estabelecer laços de amizade, convênios culturais e intercâmbio comercial.

O Sr. Governador e o povo capixaba, receberam a Comissão com amistosas demonstrações, pois a Aliança para o Progresso, desperta sempre no povo, a imagem do grande Presidente Kennedy, seu inolvidável criador. Todos esperamos que, dessa visita, resulte algo de prático, que extravase as fórmulas já secas, de cooperação nunca ou parcialmente realizadas. A nossa esperança, é que dela nasça, uma frutífera colaboração, no interesse de ambas as nações.

Fazemos votos, para que os ilustres visitantes levem de nós, espírito-santenses ou brasileiros, a magnífica impressão, que deixaram no meu Estado e a certeza de que não desejamos favores, mas sim o intercâmbio justo de dois povos que desejam a todo custo a igualdade, o amor e a paz para todas as nações.

As nossas homenagens aos componentes da Comissão, (Chefe) Dr. Richard Rhoad, Foster Mullenax, Ray Power, Mahcohn Wilkinsom Charles Daugherty; Acompanhantes: D. W. Smith, Prof. Dr. Jayme Masseder (Bahia), Dr. Morfede Horta (Espírito Santo), Dr. Antônio Bertuccelli,

Assistente do Coordenador do Programa no Brasil, a quem solicitamos transmitir ao Governo e povo do Estado de West Virginia as fraternais saudações do Governo e povo capixabas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto, ainda outra vez, à obrigação do registro das fraquezas brasileiras, sustentando, todavia, a esperança de que os espíritos bem formados e bem informados reajam à dominação do País, levantando barreiras de protesto nas amplas áreas sitiadas. Hoje a Nação se divide em duas partes: na primeira as labaredas do capital estrangeiro engolem as nossas reservas econômicas, escravizam as nossas possibilidades, transformando-nos em exportadores de lucros, auridos como se aqui fôsse uma terra de ninguém.

No mesmo passo, ao invés de amputar as asas do escravagismo alienígena, a administração teima em manter um elenco de privilégios às *corporations*, abarrotando-as de créditos e favores. Enquanto isso ocorre, em outra área, ainda não dominada, o País se debate contra si mesmo, numa sanha debilitadora sem precedentes, onde repontam a preguiça pelo estudo sério dos assuntos, o desaprêço pela técnica o amor vulcânico pelo lucro fácil e a manipulação leviana de tudo o que se relaciona com o interesse público. Quando trouxe a esta Casa a escabrosa fotografia do desperdício nacional, tive a oportunidade de realçar vários ângulos dessas evidentes debilidades.

Agora apenas para ilustração de considerações iniciais, me ocorre o desprêço que se devota ao cooperativismo, somente lembrado para convertê-lo no simbólico boi da piranha. Contra as cooperativas agem as companhias de investimento, facilitando o dinheiro a juros extorsivos, contabilizados na mágica metodologia das aplicações mascaradas. O dinheiro caro encarece a produção e, quando não resulta encarecê-la, leva a bancarrota o homem do campo. O País sofre a ameaça do mercado voraz do dinheiro, que, ao invés de criar rique-

zas, passou a ser um fabricante da miséria.

E não fica aí a má vontade contra o cooperativismo. O Decreto-Lei n.º 60, em seu artigo 13, criou uma linha de auxílio ao cooperativismo, através de um sistema chamado "taxa de cooperação", incidente à razão de 0,2% — dois décimos por cento — sobre operações realizadas no setor cooperativo. Não se trata, todavia, de um tributo, mas de uma chance de investimento no Banco Nacional de Crédito Cooperativo, pois os recolhimentos garantem direito de participação acionária. Quando a medida passa a deixar saldos positivos, surgem os negativistas e armam atoarda contra ela.

Sr. Presidente, posso informar a V. Ex.^a que, se o Governo não colocar dinheiro até o fim do ano, as cooperativas terão, nesse Banco, capital maior que o do Governo, no fim deste ano.

(Lendo)

Apoiados em filigranas jurídicas, decorrentes da impropriedade da designação, as forças contrariadas se unem para debilitar o Banco. Ao que sei, os altos escalões jurídicos do Governo estudam o assunto e é lícito esperar que o interesse do cooperativismo seja bem definido. E a esperança é tão mais calorosa quando contamos com cerca de apenas 1.750 cooperativas no Brasil, enquanto a Alemanha dispõe de 19.000 e 3 bancos tipo BNCC, nosso, o Irã conta com 8.000, a União Indiana com 350.000 e o Japão, com área equivalente a dois terços do Estado de Minas Gerais, com 23.000 cooperativas.

Urge, pois, criar e proteger a mentalidade cooperativista, que, infelizmente, está sendo grandemente enfraquecida na superfície de nossa nação faminta.

Passo, agora, a fazer rápida análise do que se passa no tocante à infiltração do capitalismo alienígena em países do mundo e outros assuntos importantes para o desenvolvimento brasileiro.

I — COMENTÁRIOS SOBRE O LIVRO "A INVASÃO ECONÔMICA AMERICANA".

Aliás, este livro eu o recomendo a todos os Senadores. É um livro importante, com detalhes interessantes e que demonstra o profundo conhecimento do autor a respeito do que se passa no mundo.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com todo o prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permita-me V. Ex.^a intervenção, uma vez que vai passar a outra matéria, na sua brilhante exposição. V. Ex.^a se referiu, até agora, aos problemas das cooperativas, no Brasil, conhece V. Ex.^a o que tem sido as cooperativas em outros países organizados, onde elas, então, atuam como verdadeiras cooperativas de produção, de consumo e de vendas. Em todos os setores, elas atuam com realidade e vêm sendo ponto básico das nações estrangeiras. Conhece V. Ex.^a onde mais se pratica este movimento cooperativista. Aqui, no País, V. Ex.^a sabe o que têm sido as cooperativas no Rio Grande do Sul. Esse elemento de produção, de incentivo à riqueza agrícola nacional, e afinal de contas, tôdas girando muito bem, atuando muito bem. Mas é deplorável o espetáculo a que assistimos, em inúmeras cooperativas, neste País. Talvez, a maioria não esteja, atuando como verdadeiras cooperativas, porque os juros de financiamento têm base oficializada determinada e por fora o que se verifica é que os juros reais, isto é, os juros que os mutuários pagam são superiores à taxa legal máxima, com que as cooperativas podem operar. Não há cooperativas, portanto, há Bancos, há agiotagem, há violação da lei, há deturpação das verdadeiras finalidades das cooperativas. De modo que eu queria juntar essa observação ao pensamento de V. Ex.^a para quando, na verdade, se tratar das cooperativas verdadeiras, aquelas que possibilitam crédito ao pequeno agricultor...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — E a revenda de seus produtos.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — ... cooperativas de venda e revenda de seus produtos, que tenham o cuidado

de olhar o material humano, o aspecto das cooperativas, verificar como elas funcionam, para que elas possam integrar-se no grande plano das cooperativas nacionais que V. Ex.^a preconiza, com tanto acerto e com tanto brilho.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Muito agradecido a V. Ex.^a, Senador Argemiro de Figueiredo. Realmente, dentro de poucos dias, estaremos votando, no Plenário desta Casa, o projeto Flávio Brito, relatado pelo Senador João Cleofas, do qual pedi vista para poder, com um esforço grande, estudar a situação de todo o País e oferecer algumas emendas para melhoria do projeto.

(Lendo)

Este livro, de autoria de James McMillan e Bernard Harris, traz importantes considerações sobre o comportamento do capitalismo no mundo, que vale a pena comentar. Refere-se em especial à invasão econômica americana na Inglaterra e afirma:

"Quase não se passa uma semana sem que a imprensa britânica registre mais uma proposta de encampação de uma firma de engenharia britânica". Os interesses americanos naquele país já ultrapassavam a 7 bilhões de dólares no final de 1967. A "Pfizer", por exemplo, de posse de uma patente de maravilhosa descoberta de Fleming — que dela pouco proveito tirou — vendia a tetracilina a 60 libras por mil comprimidos, enquanto a DDSA britânica a vendia a 6,10 libras. A descoberta fôra patenteada no Departamento de Agricultura dos EE.UU. mas quem lucrou foram os fabricantes de produtos farmacêuticos dos EE.UU.

Geralmente, o capital estrangeiro não tem pátria. Ele vai onde realmente pode obter melhores lucros e é insensível. Basta verificar que por uma mensagem dada por teletipo, dos Estados Unidos, 800 dos 1.200 empregados da fábrica da "Remington Rand", nos arredores de Lyon, foram demitidos para facilitar a concentração na mais moderna fábrica da Holanda, deixando encolerizados os franceses.

Não podemos nunca fugir dos exemplos dados em outros países. Na página 221 encontramos que "A Encoun-

ter sempre teve uma atração especial pelos escritores da esquerda, que encaravam o imperialismo britânico como uma desagradável recordação e o imperialismo americano como uma realidade dura e crua. Imaginem os leitores qual foi, portanto, sua consternação quando descobriram que, durante anos, a Encounter vinha recebendo fundos canalizados por outras vias provenientes do serviço secreto americano, a Central Intelligence Agency, a sinistra CIA". Para tudo isso concorre imensamente a publicidade que, no caso do Brasil, já se nota predominância em mãos de empresas estrangeiras. Eis um exemplo da mesma fonte: "A cada hora que passa, um milhão de libras é gasto pelos publicitários americanos com a finalidade de persuadir a comprar mercadorias: um imponente total de £ 6 bilhões por ano ou cerca de metade do orçamento do governo britânico". E nesse grupo está em primeiro lugar a firma J. Walter Thompson, com um faturamento anual que excede a 20 milhões de libras, onde vários parlamentares britânicos estão empregados. Essa, também a que mais faturou no Brasil no ano passado em publicidade: NCr\$ 34 milhões. A publicidade criou nos Estados Unidos, até um modo de vida especial, em torno dela. No Brasil, também há muita gente envolvida nos meandros dessa forma abusiva que só faz atrasar o desenvolvimento nacional, urdindo toda forma de métodos a fim de dar maior rendimento aos investimentos estrangeiros.

A situação brasileira é uma das mais difíceis do mundo, equivalente à do Canadá e Inglaterra, pois mais de 50% da economia produtiva do Canadá pertencem aos americanos, 62% das minas e fundições, 60% das indústrias de gás. Dois terços da expansão americana no Canadá estão sendo financiados com os astronômicos lucros lá auferidos pelas companhias estadunidenses. Desta forma tornou-se a economia canadense extremamente vulnerável a qualquer mudança súbita que se opere na política econômica de Washington, como disse John Diefenbaker. Apoiado pela grande maioria dos canadenses, Diefenbaker venceu as eleições, exigindo redução do controle dos EE.UU. sobre o seu país.

Caiu, foi derrotado, e os investimentos americanos subiram, chegando a ultrapassar 20 bilhões de dólares em 1961.

O Canadá e o Japão representam dois extremos. O Canadá é rico. Deve sentir, todavia, inveja do Japão, pois este elevou o seu PNB ao nível do britânico e do alemão, sem se sacrificar aos EE.UU.

No que diz respeito à perda de técnicos, outro fator importante, é relevante notar que a ida desses profissionais para outro país não representa apenas sua perda, é muito mais. Diz o Professor Titmuss, da London School of Economics, que a partir de 1949 os EE.UU. absorveram 100 mil técnicos, cientistas e engenheiros de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Isto é que acentuam os autores: "Em dezoito anos, os Estados Unidos terão economizado cerca de 4 bilhões de dólares pelo fato de não terem necessitado educar e treinar, ou de treinar completamente, suas vastas quantidades de capital humano". E informa que de junho de 1965 a junho de 1966, 24.953 cientistas, engenheiros e especialistas técnicos tinham sido contratados pela indústria americana. A perda dos ingleses em técnicos que vão para os EE.UU., seria de 350 médicos e mais de 4.000 cientistas, engenheiros e técnicos por ano.

II — EMITIR NEM SEMPRE É INFLAÇÃO

Já dissemos anteriormente neste Plenário que emitir nem sempre significa inflação. Verifiquemos a seguinte posição dos EE.UU. em circulação de dinheiro:

	milhões de dólares
1940	8.732
1943	20.449
1965	42.056
1966	44.663

Os EE.UU. emitiram US\$ 2.607 milhões em 1966, equivalente a mais de duas vezes o total da circulação do Brasil, porém, nós, quando pretendemos emitir, sofremos restrições dos fiscais internacionais. É paradoxal, por outro lado, que o dinheiro em

circulação tenha aumentado e as reservas-ouro diminuído. Em 1948, aquele país tinha 24,4 bilhões de dólares de reserva de ouro e em 1968, está com apenas 10,5 bilhões, tendo sido mais de 27 bilhões em seguida à Guerra Mundial, a Segunda.

No caso do ouro, o Brasil pode se tornar um grande produtor, dentro de pouco tempo. Desde 1934, quando Roosevelt era Presidente, o preço manteve-se a 34 dólares a onça e só agora é que estão conseguindo um pequeno acréscimo. O chamado "mundo livre" produz mais de 70% do total mundial, estando em primeiro lugar a África do Sul e seguida do Canadá, dois países que ainda sofrem certo controle do Fundo Monetário Internacional.

O que tem feito realmente a indústria americana é usar o papel estampado em dólares que é aceito mundialmente e, com esse papel, comprar as mais importantes organizações do mundo. Dai, repito, emissão para produção é criação de riquezas. Precisamos ter consciência disso pois são pelas que cerceiam o nosso desenvolvimento. Um País que tem 92 milhões de habitantes precisa crescer, e muito.

III — MANIFESTAÇÕES OFICIAIS

A CEPAL divulgou os seguintes dados, conforme consta da revista "Bolsa" de agosto; são os seguintes os índices de PNB per capita, no Brasil, em alguns Estados:

Guanabara	US\$ 1.019
São Paulo	" 623
Rio Grande do Sul	" 420
Paraná	" 389
Rio de Janeiro	" 333
Santa Catarina	" 315
e outros com médias abaixo de	" 300

Achamos baixíssimos esses índices, principalmente se comparados com os EE.UU. que apresentam 3.600 dólares anuais. Porém mesmo sendo baixos — cuja média, segundo estamos informados, é de menos de 280 dólares — chamou-nos a atenção a elevada posição da Guanabara, de pouca rentabilidade nacional, se con-

frontada com a de São Paulo e outros Estados.

Por outro lado, conforme o Brasil Moageiro, editado em Porto Alegre, o senhor Enaldo Cravo Peixoto, Superintendente da SUNAB, teria declarado que o Brasil não pode produzir trigo, tornando-se auto-suficiente, porque irá concorrer com a colocação de produtos básicos, como o café. Para contestar, basta lembrar que logo depois da Segunda Grande Guerra ficou em péssima situação, sem trigo até para o seu consumo porque os nossos produtos conseguiram preços melhores na Europa e venderam pelo melhor preço que convinha. O café, ademais, é um produto estimulante e que não deixa nenhum resíduo no corpo humano seis horas depois de ingerido. Desta forma não necessita de nenhum apoio para venda. Uma exportação não tem porque atrapalhar a outra. Sua Excelência deve saber que os maiores compradores de trigo do México são a Polônia e a China e tanto se produza do cereal, tanto eles compram. É lamentável que um dirigente de órgão tão importante faça declarações desse teor. Bem fez o senhor Aristides Germani, presidente da Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional, refutar as afirmações do Superintendente da SUNAB e ainda de visitar área de erradicação de café no Paraná que, conforme já dissemos, uma vez devidamente corrigido o PH do solo, adicionados os principais macro e micro nutrientes, a lavoura de trigo no Brasil tem condição de desenvolver-se rapidamente, tornando-se um grande negócio. Temos ainda uma outra vantagem sobre outros países produtores que é a rotação de colheita de trigo com a soja. O nosso mal é perder tempo ouvindo quem, se pouco entendem de comercialização, de produção, nada. É o caso do Superintendente da SUNAB. Recomento a Sua Excelência examinar o preço do cimento em São Paulo que, segundo fabricantes e distribuidores, o estão vendendo por preços abusivos, desmoralizando essa indústria e, ao mesmo tempo, encarecendo as obras e decorrendo um fato lamentável num País que precisa de controlar os preços de distribuição. Outro fato que Sua Excelência deve averiguar é o do lucro

da indústria farmacêutica estrangeira que no Brasil deve ser astropômico. Na Inglaterra, como exemplo, o lucro médio sobre o capital investido em oito subsidiárias farmacêuticas estrangeiras foi de 72,8% e num caso atingiu a 184%.

O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muito prazer.

O Sr. Desiré Guarani — É de todo elogiável o discurso de V. Ex.^a que, como sempre, com raro destemor e muito patriotismo, aborda os mais importantes problemas da economia brasileira, destemor digno de registro — já ressaltado por vários Senadores em ocasiões em que V. Ex.^a ocupou a tribuna — quando V. Ex.^a vergasteia justamente a omissão do órgão controlador de preços, num produto fabricado por V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, Sr. Senador Desiré Guarani.

É meu dever trazer ao conhecimento desta Casa o que se passa em uma indústria que deve ser orgulho do Brasil e não pode ser considerada inútil. Se seus produtos estão com preços mais caros do que os similares estrangeiros — como está acontecendo agora — é por falta de controle justamente da SUNAB.

Não se deve esquecer ainda que a maior tática da maioria dessas empresas é tornar um produto, bom, obsoleto para lançar novo no mercado, muitas vezes mais barato.

Outro assunto é sobre a resposta que acabo de receber do Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, a requerimento de informações, onde mostra que o IBC tem 6.964 empregados, com uma despesa de NCr\$ 29.759.848,58 em 1967. Não compreendemos para que tanta gente, como também ocorre com o I.A.A. que em outubro do ano passado tinha 3.695 servidores. São na sua maioria afilhados, formando um contingente de baixa produtividade, de pouca capacidade, que chega ao ponto de nos desmoralizar no Exterior. O Brasil não tem condições de manter gastos tão elevados, pois precisamos de produtividade e crescimento nacional.

IV — PRODUÇÃO

É lamentável verificar que, segundo os levantamentos do próprio Ministério da Agricultura, a nossa safra deste ano deverá situar-se 1,3% abaixo da anterior. Eis os dados:

	reduções %
café	28,6
cebola	21,4
cacau	20,2
feijão	19,0
soja	13,3
trigo	13,0
batata	3,0
algodão	1,2

O nosso aumento, a nosso ver, não poderia ter sido menos de 6 a 7% a fim de termos estoque e reservas e para equilíbrio com o aumento populacional. Em contrapartida, a produção de automóveis cresceu, com o record de 178.087 unidades no período janeiro/agosto, contra 149.575 unidades em igual período do ano passado. Muito bom, porém, o crescimento na produção de tratores em 66,7%, pois nossa agricultura precisa de mecanizar-se para mais produzir. Enquanto a nossa safra agrícola decaiu a do México aumentou 10%, com crescimento de mais de 30% na produção tritícola e com 2.095.597 toneladas em 1967.

Realmente o trator está numa situação melhor que a do ano passado, tendo aumentado em 66,7% a sua produção, para o que devemos fazer elogios.

Por aí se vê que não adianta papalório, nem conferências diárias, o que resolve é administrar bem. A boa administração se faz partindo com orientação firme, decidida, e não somente com reuniões e palestras inúteis. Os nossos responsáveis pela agricultura devem se convencer de que "passejar" não soluciona os problemas. As viagens são bonitas de se ver nos jornais, mas devem ser exclusivamente num programa construtivo e não tão freqüentes como ora acontece na administração federal. O Governo, ao invés de tolerar mediocridades em seu próprio seio, ao invés de pedinchar no exterior, deve inten-

sificar a produção nacional de todas as matérias-primas básicas ao seu desenvolvimento, como quatro produtos do momento: o cobre, o enxôfre, o trigo e a soja. Quanto ao cobre, o Brasil produz apenas 5% do seu consumo. Existem planos de um industrial brasileiro, porém pouco se fez ainda para dar uma solução rápida na produção do metal. Segundo a revista "Metals Week", do dia 2 deste, a Anaconda, a Kennecott, a W. R. Grace e a Japan's Mitsubishi já estão no Rio G. do Sul e Bahia, e já se tem informações de que os depósitos do R. G. do Norte, Ceará, Goiás e Amazonas estão sendo envolvidos por firmas alienígenas e desconhecemos quais os seus interesses e se mais uma vez vamos entregar a empresas estrangeiras o metal básico, como o é o cobre. Certamente serão criadas dificuldades a qualquer grupo brasileiro que desejar implantar essa indústria no Brasil. Quanto ao enxôfre, podemos adiantar que até mesmo o Irã — conforme acontece no mundo inteiro — já fez contrato para instalação de uma fábrica para retirar enxôfre do petróleo, com a produção de 60 ton/diárias e que ficará pronta em 1969. Existem milhões de toneladas de pirita de carvão de Santa Catarina que estão sendo armazenadas a mais de 16 anos, quando, muitos países, como os EE.UU., a Espanha, a Alemanha, e outros, usam-na para fabricação de ácido sulfúrico. Conforme a revista "Mining Journal" de maio deste ano, a produção de enxôfre do mundo, partindo da pirita, em 1967 foi de 700.000 ton. nos EE.UU., 3.700.000 ton. no Oeste Europeu e o resto do mundo 2.100.000 ton., totalizando 6,5 milhões de toneladas, comparada com a produção de enxôfre nativo de 15,3 milhões ton., representando cerca de 40% deste. Em menor escala, pode ser obtido enxôfre do gesso, também.

Saliento este aspecto porque o mundo atravessa situação bastante difícil. Se, por qualquer razão, algo acontecer no mundo europeu, ou mesmo na Ásia, ficaremos parados, porque não temos produção de dois elementos básicos — o cobre e o enxôfre — necessários ao desenvolvimento do País.

Que as autoridades examinem cuidadosamente e dêem andamento rá-

pido ao assunto antes que aconteça algo de mau para o Brasil.

(Lendo)

V — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Nigéria, aproveitando-se da confusão do movimento separatista, a firma **Western Nuclear Inc.** conseguiu licença para prospectar urânio numa área de mais de 20 milhões de hectares. É mais uma lição ao mundo. Outro é o da implantação da energia nuclear na França que sofreu a ação para evitar sua criação, a mais importante do mundo. Agora, até a Inglaterra deixou o carvão de lado nas novas instalações para utilizá-la em larga escala. As dificuldades criadas pelo capitalismo alienígena constituem o desafio ao Brasil, exigindo a união das forças de todos os nacionais para vencê-lo e valorizar mais o brasileiro. Precisamos, ainda, nos preocupar mais com o comportamento dos que aqui vêm com a intenção de dominar porque não podemos facilmente acreditar em ajuda. É interessante observar, por exemplo, o contraste no comportamento dos norte-americanos, dentro e fora do seu país. Lá são hospitaleiros, corteses e circunspectos; mas, cá fora, julgam-se importantíssimos, donos de tudo e pretendem impor no país que os recebe, com uma certa simpatia, as suas condições, com arrogância. A maioria das grandes companhias americanas estão envolvidas ou prestes a envolver-se na criação de subsidiárias, parcial ou totalmente criadas por elas em outros países. Das 200 maiores companhias dos E.E.U.U., calcula-se que 84% tenham uma ou mais subsidiárias no Exterior.

Outro fato importante é que há 50 anos haviam somente 50 nações soberanas, hoje mais de 150. Esta fragmentação está sendo usada pelas grandes potências para comercializar a preços baixos os seus principais produtos e ainda levará muito tempo até que as novas nações — cuja subdivisão é muito útil — tenham força de estabelecerem um *modus vivendi* que defenda os seus interesses.

Por outro lado, chamo a atenção dos senhores senadores para o discurso que pronunciei em 18-4-1966, quando repetindo as palavras do Senador William Fulbright, afirmei que havia duas Américas. Uma a de Lincoln e Adlai Stevenson; a outra, de

Teddy Roosevelt e do General Mac Arthur. Uma é generosa e humana, a outra estreitamente egoísta; uma é modesta e autocrítica, a outra arrogante e autosuficiente; uma é sensível, a outra romântica; uma é bem humorada, a outra solene; uma é inquiridora, a outra pontifica; uma é moderada e contida, a outra cheia de intenções apaixonadas. Isso é uma grande verdade.

Quem disse isso foi o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado americano, em discurso pronunciado na Universidade de Yale, na cidade de Connecticut.

Foi com satisfação, de outra parte, que ouvimos as palavras do Presidente Eduardo Frei, defendendo a integração da América Latina, em sua recente visita ao nosso País, falando na sessão conjunta do Congresso, quando afirmou a certa altura: "Somente com uma ação resoluta, audaciosa e imaginativa pode abrir-nos a alma da América Latina". Estamos de pleno acordo com o Presidente do Chile. Esta foi a nossa tese defendida na Segunda Jornada da Associação Latino-Americana de Mineralurgia, quando discurssei na Cidade do México, no dia 7 de maio último, e da qual fiz amplo relato nesta Casa.

Outra personalidade ilustre trouxe-nos exemplos do que se passou em seu país. Indira Gandhi, essa extraordinária mulher, Primeiro-Ministro da Índia, perante o Presidente Costa e Silva, enfatizou: "O jugo estrangeiro petrificou, durante 150 anos, as barreiras econômicas e sociais indianas para o progresso, mas a emancipação educacional e social despertaram em nós a necessidade de melhor vida para o nosso povo". Em mensagem de lucidez incomparável, a ilustre visitante mandou um recado ao povo, refletindo, em seu espelho, a origem dos nossos males.

Senhores Senadores:

Discorri durante algum tempo sobre o processo de envenenamento a que se submete o País, deliberada e consentida, sem que busquemos encontrar em nossa sensibilidade os anticorpos para combater a infiltração estranha negativa. O organismo de uma nação, como o organismo humano, não aceita a prevalência de fatores externos a minar-lhe as reservas.

Adota as doses de cura, em que se aceita a medicina sensata, mas não a terapêutica substitutiva.

Desejo ainda pedir a atenção dos Senhores Senadores para as sábias palavras de Lincoln que afirmou que uma nação jamais poderá ser semilivre ou semi-escrava. Os países em desenvolvimento vivem de seus esforços, aceitam a colaboração dos maiores, mas não se sujeitam aos processos da dominação gradual.

Finalmente, ao comentar o nosso retrocessivo estágio, acode-nos a lembrança do grande escritor brasileiro Mário de Andrade, precursor da escola modernista, quando afirmou: "Precisamos patriarizar o Brasil, já em si tão despatriarizado". Aquele tempo, nos idos de 1920, os escritores entendiam de política. Hoje, os políticos mal entendem de literatura. Dai a ruinosa conjuntura a que fomos condenados. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Desiré Guarani.

O SR. DESIRÉ GUARANI (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante o período em que a Presidência da República foi exercida na Amazônia, em agosto último, uma das recomendações então adotadas, justamente a de n.º 7, refere-se à ampliação da atuação da Marinha de Guerra. Diz o seguinte:

7) Ampliação da atuação da Marinha de Guerra:

Para reforçar o sistema regional de intercomunicações, a Marinha de Guerra participará intensamente do programa global de integração nacional da Amazônia. Medida importante nesse sentido será a implantação do Comando Naval de Manaus, através do que se fará a coordenação necessária ao fortalecimento das atividades da Marinha de Guerra notadamente na Amazônia Ocidental. Um protocolo de ação coordenada entre os Ministérios da Marinha, dos Transportes, do Interior, da Educação, da Saúde, e do Planejamento, firmado na Amazônia, estabeleceu as bases de um trabalho conjunto e harmonioso dessas agências federais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com satisfação que desejo comunicar à Casa que o Executivo já tomou providências no sentido de efetivar as medidas que essa recomendação estabelece e, possivelmente, na próxima semana dará entrada, no Congresso Nacional, uma Mensagem do Executivo estabelecendo como ponto inicial medidas relativas à ampliação da Marinha de Guerra, para que sua permanência se efetive na vasta região da Amazônia Ocidental, onde hoje ela não se faz presente.

Essa Mensagem do Poder Executivo tratará da ampliação dos efetivos da Marinha, para que seja estabelecido em Manaus um Comando Naval, mediante desdobramento do Comando existente em Belém. Entre as providências que serão adotadas em virtude desse desdobramento, figura a aquisição e emprêgo de um navio-hospital, que a Marinha pretende adquirir, para, devidamente equipado, assistir às populações do interior amazônico, principalmente da Amazônia Ocidental. Pretende-se também, transferir para Manaus um dos cais flutuantes que existem em Natal, para que melhor seja atendida a navegação fluvial da Amazônia. Outra medida será a instalação de uma oficina pela Marinha de Guerra para consertos de pequenas embarcações em Manaus. Mas a medida principal, ainda dentro da proposição governamental, será a utilização, dos vários rios da Amazônia, de barcos-patrolha, uma vez que a presença da Marinha de Guerra na região amazônica, especialmente ocidental, se faz sentir apenas por navios peruanos, que patrulham as águas amazônicas, inclusive tendo que penetrar no território brasileiro. Efetivando-se esta recomendação do Sr. Presidente da República, pela primeira vez, irão os navios brasileiros patrulhar, permanentemente, as águas amazônicas, dentro da região brasileira.

Essas medidas, é necessário que se diga, terão todo o nosso apoio e merecem nosso aplauso, como representante de um dos Estados da Amazônia Ocidental.

Temo: elogiado as providências do atual Governo, relativamente à integração da Amazônia. Apoiamos e lou-

vamos essas medidas. Vemos, agora, com muita satisfação, que o Ministério da Marinha se coloca à frente das providências que o Governo Federal vai adotar, relativamente à integração da Amazônia.

O Sr. José Ermírio — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — Sr. Senador Desiré Guarani, assim é que a Oposição deve agir. Medidas certas, medidas equilibradas, defensivas, úteis à Nação, a Oposição não pode ser contra elas, tem que defender o patrimônio do Brasil e, agindo assim, só podemos aumentar de conceito em todo Brasil porque somos homens que não lutamos por princípios errados e sim por princípios certos.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Muito agradecido a V. Ex.^a pelo aparte, Senador José Ermírio. Ele indica, também, a orientação que V. Ex.^a tem quando analisa os problemas econômicos e financeiros. V. Ex.^a os trata de forma especial e carinhosa, como vimos no último discurso há poucos minutos pronunciado por V. Ex.^a

Entre outras providências, desejava que assim que a Marinha de Guerra se instalasse em Manaus, tão logo sejam destinados os recursos para a efetivação da medida, ela tome a seu cargo um barco que existe em Manaus há vários anos. Foi adquirido em virtude da iniciativa de antigo Deputado Federal, hoje já falecido, Carvalho Leal, irmão do Deputado do mesmo nome que está em exercício na Câmara Federal. Lutador pela Amazônia, conseguiu que na antiga SPVEA fosse instituída uma dotação orçamentária pela qual foi adquirido um navio-destocador, de grande valor e de muita utilidade para a região.

Esse navio, infelizmente, está atracado num dos Igarapés de Manaus, destruindo-se, apodrecendo. Segundo consta, com muitas das suas peças já roubadas ou inutilizadas.

Então, solicito à Marinha de Guerra, assim que entrar em execução seu plano para instalar-se na Amazônia Ocidental, tome, como uma das primeiras providências, a administração desse navio; entre em entendimentos com o órgão competente, no momento

talvez seja o Ministério dos Transportes, não sei bem qual a repartição responsável pela embarcação. Sei que está parada, e há muito tempo, apodrecendo nas águas em frente a Manaus. Com a presença da Marinha de Guerra, esperamos que, entre outras providências a serem tomadas, esteja a de se utilizar, com grande proveito para a região, o navio-destocador que ali se encontra.

Louvando a atitude, a iniciativa...

O Sr. Adalberto Sena — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com toda satisfação, nobre Senador!

O Sr. Adalberto Sena — Pode V. Ex.^a informar-me se esse navio chegou a ser utilizado durante algum tempo na Amazônia?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Foi utilizado durante alguns meses.

O Sr. Adalberto Sena — Não sabe precisar em que região?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Dentro da própria Amazônia, nos rios Solimões, Purus e Juruá.

O Sr. Adalberto Sena — Já que o nobre colega citou o Juruá, posso dizer que os tocos lá existem, como sempre existiram. A questão da destruição desse rio é das mais discutidas, como também das mais descuidadas. Representa, realmente, grande entrave ao progresso da região. V. Ex.^a anuncia apenas uma mensagem, mensagem que há de vir e tornar-se-a lei, à que daremos todo o apoio, porque pensamos como o nobre Senador José Ermírio: nosso papel de Oposição é trabalhar pelo progresso e o bem-estar da Nação, e não, o de destruir. A oposição construtiva é aquela que fazemos e aquela que desejo fazer nesta Casa. Muitas outras medidas têm sido anunciadas para a Amazônia. Venho acompanhando calmamente, como observador, o desenvolvimento desse programa, mas acredito, com certo ceticismo, porque muitas coisas só tenho visto no papel. Entretanto, em relação a esse problema a que V. Ex.^a se refere, posso já dar testemunho promissor: no ano passado um navio da Marinha brasileira percorreu todo o Rio Juruá, até a Cidade de Cruzeiro do Sul, onde nasci, prestando assis-

tência médica e distribuindo medicamentos às populações. Isso já é um bom indicio.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Esta providência, nobre Senador Adalberto Sena, vai ser permanente, não se forma imediata, porque há o prazo para essa proposição se converter em lei. E a sua efetivação depende da compra do navio que no mínimo de dois a três anos levará. Mas, uma vez adquirido esse navio, essa assistência, que se torna necessária, que as populações ribeirinhas reclamam insistentemente poderá ser prestada de forma duradoura, permanente, às populações tão necessitadas. E V. Ex.^a, como ilustre representante do povo do Acre e como médico conhecedor da região, é o mais capacitado a dar testemunho da necessidade, da viabilidade de execução de um serviço dessa natureza.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, regozijo-me por esta medida anunciada pelo Executivo, por intermédio do Ministro da Marinha e dando o nosso aplauso a essa medida, desejo frisar que, no emaranhado do sistema fluvial amazônico, à margem de cujos rios e lagos permanece estóicamente chumbada uma população otimista, e sempre esperançosa de sua total integração à comunidade brasileira, a Marinha nacional por certo é a força que está faltando na Amazônia Ocidental para tornar efetiva a prestação dos serviços públicos mais reclamados pelos que vivem dos produtos da floresta e das águas amazônicas.

Assim como o regatão foi e continua sendo o instrumento da movimentação comercial da produção dos mais isolados ou afastados núcleos populacionais da área, a Marinha de Guerra, pela sua mobilidade fluvial, será o instrumento e a força capaz de fazer chegar aos hidro-homens amazônicos a presença positiva da ação do Governo Federal, agora mais do que nunca interessado em vencer a geografia para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Desejava, ainda, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazer um apêlo ao Governo Federal, principalmente naquilo que se refere à administração dos Ministérios da Fazenda, do Interior e do Planejamento, no sentido de ser imediatamente regulamentada

a legislação que estendeu os benefícios da zona franca para a Amazônia Ocidental.

Entre as providências adotadas durante a presença do Governo Federal na Amazônia, uma estabeleceu prioridade para serviços dos Ministérios em chamadas áreas prioritárias. E definiu e estabeleceu desde logo quais seriam as áreas prioritárias.

O diploma legal que estendeu os benefícios da Zona Franca para toda a Amazônia Ocidental usou outra expressão; não usou a expressão "áreas prioritárias" e sim, "áreas pioneiras". Tivesse utilizado a mesma expressão e essa regulamentação já estaria muito mais facilitada. No entanto, ainda esse mesmo diploma disse que os benefícios seriam estendidos às áreas de fronteira.

Áreas de fronteira estão perfeitamente delimitadas, ainda mais com a legislação que retirou de determinados Municípios, considerados região de fronteira para a Segurança Nacional, a capacidade de eleger seus Prefeitos. Acredito que, nesta mesma interpretação, no mínimo todos esses Municípios, que não têm a capacidade de eleger seus prefeitos, uma vez que foram classificados como região de fronteira, estão incluídos para receber os benefícios da Zona Franca na Amazônia Ocidental. Houvesse a mesma utilização de expressões e não haveria dificuldade maior agora; porque agora não sabemos se as áreas pioneiras são prioritárias, ou se as áreas prioritárias é que são pioneiras. Mas, como já faz mais de um mês que o ato foi baixado e necessita de regulamentação para que se efetivem os benefícios para a população do interior da Amazônia Ocidental, faço apêlo aos órgãos do Executivo, de que dependa essa regulamentação, no sentido de que a mesma seja realizada no menor prazo de tempo para que aquela população não continue à espera e venha logo a desfrutar das providências que o Governo anunciou, mas que até agora não efetivou. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDENBERG (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores. De certo tempo a esta

parte, vimos acompanhando pela imprensa, em noticiários esparsos, que estaria em marcha um movimento no sentido de ser reformulada a política do cacau adotada pelo Brasil. Como o assunto interessa ao Estado que representamos e a mim, particularmente, passamos a observá-los com maior atenção.

É bem verdade que a produção do Espírito Santo é pequena em relação à produção nacional. Interessa, porém, a uma região bastante extensa, com possibilidades de ampliação, e, praticamente, a única no Estado que não sofreu, ou sofreu pouco, com a erradicação dos cafêzais, porém, cujo desenvolvimento agrícola é promissor e tem sido constante.

O fato de ser uma lavoura nova, com produção comparativamente pequena, não nos induz ao silêncio, ao desinteresse ou à omissão, porque representa ela, riqueza e uma boa porção de divisas para o País. Entendemos que nosso alheamento ao problema corresponderia a falta grave no cumprimento de nossos deveres de representação do nosso Estado. Assim, atentos ao desenrolar dos acontecimentos, podemos tomar pleno conhecimento de como se pretende chegar às providências sob o título de "reformulação da política cacauzeira nacional", com as quais nem a totalidade da própria Bancada federal da Bahia, conforme noticiário da imprensa, e menos ainda os lavradores baianos estarão de acordo.

Depois de haver conhecido as diretrizes do plano, que no momento não pretendo discutir, me convenci de que nosso pronunciamento era necessário para definição de posições, tendo em vista a obrigação que nos cabe de defesa do interesse de nosso Estado.

Com essas rápidas considerações e certo de que interpreto o pensamento de nossa Bancada federal, do Governo do Estado, da grande maioria se não da totalidade dos lavradores de cacau do Espírito Santo e das administrações municipais da região, quero e devemos dizer com clareza e firmeza aos Srs. Ministros da Fazenda, da Agricultura, do Comércio, do Planejamento, do Governo Federal, enfim, que não podemos concordar, de modo algum, com a pretendida "reformulação da política cacauzeira na-

cional" por que é prejudicial ao nosso Estado e, a nosso ver, ao País, e, porque entendemos que, se uma orientação, num setor ou num serviço val bem, nêle não se deve bulir.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex.^a; um aparte?

O SR. CARLOS LINDENBERG — Com muito prazer, Senador.

O Sr. Josaphat Marinho — Não preciso acentuar a V. Ex.^a que não tenho qualquer ligação nem com o Governo Federal nem, politicamente, com o Governo do Estado da Bahia. Creio, entretanto, do meu dever esclarecer a V. Ex.^a que a Bahia, embora reivindicando uma reformulação nas diretrizes de ação governamental sobre a política do cacau, não o faz, de maneira alguma, visando a criar qualquer prejuízo para o Estado de V. Ex.^a, que também é produtor de cacau. Acredito que a boa solução estaria na conjugação de esforços dos dois Estados da Federação mais interessados no problema, de sorte que as modificações que, por ventura sobrevierem sejam no sentido de resguardar o desenvolvimento da economia do cacau na Bahia, como no Espírito Santo, e de modo a atender às reivindicações também dos cafeicultores dos dois Estados.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Agradeço o aparte de V. Ex.^a Entretanto, não desejo discutir, como disse, o problema da reformulação, neste momento. Acho-o impróprio. A minha intenção é preservar justamente aquela obra que vem sendo realizada no Estado de V. Ex.^a, pela CEPLAC, que já está irradiando e irradiará para os outros Estados brasileiros. Estou, até certo ponto, de acôrdo com V. Ex.^a, a união dos nossos esforços em benefício da produção cacaueira só pode resultar bem para todos nós. Porém, se nós tomarmos alguma providência capaz de extinguir ou paralisar o que vem sendo feito na Bahia em matéria de recuperação de lavouras, em matéria de pesquisa e de estudo referente ao cacau e a outros produtos, nós teremos dado um passo atrás, em prejuízo do interesse nacional.

O Sr. Josaphat Marinho — Permita-me V. Ex.^a Respeito inteiramente a posição de V. Ex.^a, inclusive quando assinala que não pretende, neste instante, discutir o projeto em reformu-

lação. Mas, posso também adiantar a V. Ex.^a que não há, na Bahia, propósito de destruir a CEPLAC, cujos serviços de caráter construtivo todos reconhecem. O que ali se verifica é o reconhecimento da necessidade de uma revisão na estrutura da CEPLAC e na fixação dos seus rumos, de maneira que um órgão de sua importância, e que tem um orçamento equivalente a cerca de 1/3 do orçamento do Estado da Bahia, não seja um órgão que funcione mediante condições estipuladas em decretos e em portarias. A aspiração maior é a da institucionalização da CEPLAC, de sorte que ela subsista, mas disciplinada por normas legais que assegurem, a um tempo, o seu funcionamento e os interesses locais da política do cacau.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Mais uma vez creio, estamos de pleno acôrdo. É justamente o que desejamos, que aquele organismo tenha os meios necessários de continuar o seu trabalho em benefício da lavoura cacaueira.

Se reduzirmos demasiadamente as suas verbas, ela não terá, sem dúvida nenhuma, meios de continuar aquele trabalho que vêm dando os seus frutos.

O trabalho de pesquisas, por exemplo, foi iniciado em 1963, mas o que foi realizado, até agora, é qualquer coisa de notável. E melhor do que eu, conhece-o V. Ex.^a

Minha intenção é a de institucionalizar a CEPLAC, que vem, realmente, funcionando apenas por decreto, anexada ao Banco do Brasil.

O Sr. Josaphat Marinho — Exato.

O SR. CARLOS LINDENBERG — É um órgão que deve ser implantado definitivamente, em benefício do seu Estado, do nosso Estado e do País.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARLOS LINDENBERG — Com muito prazer.

O Sr. José Ermirio — Pouco entendo de cacau, mas acompanho os mercados mundiais, semanalmente. O preço atual do cacau é excelente: 33 centavos por libra. O de que precisamos é aumentar a produção rapidamente, porque a África não dará conta do consumo mundial, e o Brasil, que tem condições muito boas para a produção de cacau, não pode deixar

de adotar as medidas necessárias, objetivando substancial aumento na produção de sua lavoura cacaueira. É assunto, portanto, da mais alta importância para País como o nosso que precisa exportar. O Brasil, entre seus vários produtos, tem o cacau, que tem magníficas condições de bom preço. Segundo estou informado, os consumidores não fazem restrições ao preço; os produtores é que faziam restrições por falta, exclusivamente, de conhecimento dos seus próprios negócios. Este o momento para que a CEPLAC e outras organizações semelhantes dos países produtores possam, em comum acôrdo, aumentar a rentabilidade por 1.000 pés de cacau plantados, dando ao Brasil a condição essencial de grande produtor dessa matéria-prima.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, nobre Senador José Ermirio. Justamente este o trabalho ora desenvolvido pela CEPLAC na Bahia: procurar aumentar a produtividade da lavoura cacaueira que, atualmente, corresponde a 400/500 gr. por pé, para 2.000 grs. no mínimo. É o trabalho que está sendo desenvolvido por aquele órgão e com as maiores esperanças para os produtores de cacau.

Muito obrigado a V. Ex.^a

Nesta oportunidade, fazemos também um apêlo à nobre Bancada da Bahia nesta Casa e a S. Ex.^a, o Sr. Governador Luiz Viana, estadista clarividente que tem sido homem de inteligência e de visão, cuja administração se caracteriza pela defesa intransigente dos interesses da Pátria e da Bahia, para que não consintam na possível descontinuidade da política cacaueira vigente, com vistas especialmente aos trabalhos que vêm sendo feitos, de pesquisa, recuperação, organização e desenvolvimento da lavoura de cacau, e, cuja continuidade se impõe, pelo valor inestimável dos mesmos trabalhos e pela riqueza que o produto representa. (Muito bem!)

Comparecem mais os Srs. Senadores:

Flávio Brito — Edmundo Levi — Clodomir Millet — Petrónio Portella — Dinarte Mariz — Manoel Villaza — José Leite — Aloysio de Carvalho — Josaphat Marinho — Paulo Torres — Aurélio Vianna — Nogueira da Ga-

ma — Pedro Ludovico — Celso Ramos — Antônio Carlos — Atílio Fontana — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Com a palavra o Sr. Bezerra Neto (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Sobre a mesa, requerimento encaminhado pelo Sr. Senador Arnaldo Paiva, cuja leitura será feita pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO **N.º 1.272, DE 1968**

Sr. Presidente:

Requeiro na forma regimental, se ofício ao Ex.^{mo} Sr. Ministro das Comunicações, a fim de que, informe sobre o seguinte:

- a) Quantas Centrais de Telex existem em funcionamento no Serviço Nacional de Telecomunicações;
- b) Quais as regiões do País em que estão instalados os referidos serviços;
- c) Quais os Estados, e respectivas cidades, que dispõem de serviço de Telex em efetiva operação;
- d) Quais os planos de ampliação da rede e consolidação dos serviços de telecomunicação, no setor da Rede Nacional de Telex, para o exercício de 1969;
- e) Qual o montante dos recursos financeiros disponíveis, no atual orçamento, bem como as dotações conferidas ao Ministério das Comunicações para a lei de meios do próximo exercício, destinados a ampliação, consolidação e manutenção do serviço de telex e sua Rede no território nacional; e
- f) Existe plano prioritário para execução desses serviços?
- g) Quais as obrigações exigidas pelo Governo, principalmente quanto ao horário de prestações de serviços nas concessões as empresas estrangeiras que exploram os serviços de comunicações no território nacional tais como a Western, Italcable e outros.

Justificação

A argumentação de suporte a um requerimento do teor acima pode ser considerada sem exagero quase superflua, uma vez que é ponto pacífico e sabido por todos o papel preponderante e absolutamente de primeira importância que representa as Comunicações, em termos do desenvolvimento moderno das nações. Um dos principais entraves em que se debate nossa Pátria no caminho que percorre em direção ao progresso, é absurda carência de uma rede de comunicações, internas e externas que lhe possa conferir a necessária dinamização de uma sociedade atual em processo de industrialização. Com efeito o rádio, o telégrafo, o teler, enfim, todos os sistemas praticados das comunicações hodiernas são como se fôsse verdadeiramente um sistema nervoso, o único capaz de comandar e coordenar eficientemente a atividade política econômica e financeira de nossa terra.

Mas é em particular, no tocante a notícia veiculada pelo próprio Ministério das Comunicações, a respeito da recente instalação de uma estação de serviços de telex em Curitiba, capital do Paraná, que se faz mister as indagações propostas a este setor do Executivo. Isto, porque não se compreende que o aquinhoamento dos benefícios das comunicações seja distribuído por outro princípio que não o da mais absoluta equitatividade entre os Estados da Federação.

Falo isto referindo-me ao meu Estado, a querida terra da Alagoas, entregue ao mais completo abandono e isolamento, não só do mundo — coisa de que nem se fala — mas dos meios de se pôr em contacto com o resto do Brasil. Os prejuízos que um tal estado de coisas acarreta a laboriosa gente alagoana pode ser compreendido, em termos de um bloqueio ao qual vem submetida, por dezenas de dezenas de anos, apesar das reivindicações desesperadas que fazem e já fizeram repetidamente seus líderes e homens públicos juntos aos poderes competentes do Executivo.

É de se crer que, nesta hora, em que o Governo do Brasil auspiciosamente propala suas intenções de implantar uma rede de telecomunicações hábil ao contato imediato com todos os pontos do solo brasileiro, medida que é

mesmo um dos aspectos mais relevantes da segurança nacional, não vá deixar em abandono o Nordeste brasileiro dos benefícios de um tal plano.

E, encaminhando o presente requerimento de informações, faço votos de que seja ele investido da força de um apelo ao Ex.^{mo} Sr. Ministro das Comunicações, para que determine as medidas cabíveis, no sentido de que Macaíó possa contar, em breves tempos, com igual benefício que contemplou a cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1968. — Arnaldo Paiva.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 795, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 1968 (n.º 73-B/68, na Casa de origem), que aprova o Convênio de Co-produção Cinematográfica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, na cidade do Rio de Janeiro, a 25 de janeiro de 1968.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimento, para que seja votada a redação final, é ela considerada como definitivamente aprovada.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

N.º 795, DE 1968

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 1968 (n.º 73-B/68, na Casa de origem).

Relator: Sr. José Feliciano

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 1968 (n.º 73-B/68, na Casa de origem), que aprova o Con-

vênio de Co-produção Cinematográfica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, na cidade do Rio de Janeiro, a 25 de janeiro de 1968.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1968. — **Leandro Maciel**, Presidente — **José Feliciano**, Relator — **Lobão da Silveira**.

ANEXO AO PARECER

N.º 795/68

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 1968 (n.º 73-B/68, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, item I, da Constituição Federal, e eu,, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 38, DE 1968

Aprova o Convênio de Co-produção Cinematográfica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, na cidade do Rio de Janeiro, a 25 de janeiro de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o Convênio de Co-produção Cinematográfica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, na cidade do Rio de Janeiro, a 25 de janeiro de 1968.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 793, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 43, de 1968 (n.º 88-A/68, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-Lei n.º 354, de 1.º de agosto de 1968, que determina a intervenção do Banco Central do Brasil na **Dominium S/A**. — Indústria e Comércio e demais empresas integradas no mesmo grupo econômico.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimento, para a votação da redação final, é ela considerada como definitivamente aprovada.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

N.º 793, de 1968

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 43, de 1968 (n.º 88-A/68, na Casa de origem).

Relator: Sr. José Feliciano

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 43, de 1968 (n.º 88-A/68, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-Lei n.º 354, de 1.º de agosto de 1968, que determina a intervenção do Banco Central do Brasil na **Dominium S/A**. — Indústria e Comércio e demais empresas integradas no mesmo grupo econômico.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1968. — **Leandro Maciel**, Presidente — **José Feliciano**, Relator — **Lobão da Silveira**.

ANEXO AO PARECER

N.º 793/68

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 43, de 1968 (n.º 88-A/68, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu,, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º...., de 1968

Aprova o texto do Decreto-Lei n.º 354, de 1.º de agosto de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-Lei n.º 354, de 1.º de agosto de 1968, que determina a intervenção do Banco Central do Brasil na **Dominium S/A**. — Indústria e Comércio e demais empresas integradas no mesmo grupo econômico.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 3

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 794, de 1968) do Projeto de Lei do Senado n.º 85, de 1968 — DF, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir crédito especial no valor de NCr\$ 8.275.000,00.

Em discussão a redação final.

(Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à sanção.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

N.º 794, DE 1968

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação, final do Projeto de Lei do Senado n.º 85, de 1968-DF.

Relator: Sr. José Feliciano

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número 85, de 1968 — DF, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir crédito especial no valor de NCr\$ 8.275.000,00 (oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil cruzeiros novos), para integralização do capital da Companhia de Telefones de Brasília Ltda. — **COTELB**.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1968. — **Leandro Maciel**, Presidente — **José Feliciano**, Relator — **Lobão da Silveira**.

ANEXO AO PARECER

N.º 794/68

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 85, de 1968-DF, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir crédito especial no valor de NCr\$, 8.275.000,00 (oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil cruzeiros novos), para integralização do capital da Companhia de Telefones de Brasília Ltda. — COTELB.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir o crédito especial no valor de NCr\$, 8.275.000,00 (oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil cruzeiros novos), para integralização do capital da Companhia de Telefones de Brasília Ltda. — COTELB.

Art. 2.º — Os recursos necessários à abertura deste crédito serão obtidos, na forma do inciso III, § 1.º, do art. 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação total das dotações abaixo-especificadas, do Orçamento do Distrito Federal.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

- 43.0.00 — Transferência de Capital
- 43.2.00 — Auxílio para Obras Públicas
- 43.2.03 — Entidades do Distrito Federal
 - I — Companhia de Telefones de Brasília — NCr\$ 7.075.000,00
- 43.3.00 — Auxílio para Equipamentos e Instalações
- 43.3.03 — Entidades do Distrito Federal
 - I — Companhia de Telefones de Brasília — NCr\$ 1.200.000,00

Art. 3.º — O crédito especial, aberto por esta Lei, vigorará até o término do exercício financeiro de 1969.

Art. 4.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)

Item 4

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 81, de 1968, de autoria do Sr. Senador Milton Menezes, que considera de utilidade pública a Fundação de Ensino Superior de Londrina — FESULON — localizada em Londrina, Estado do Paraná, tendo

nador Milton Menezes, que considera de utilidade pública a Fundação de Ensino Superior de Londrina — FESULON — localizada em Londrina, Estado do Paraná, tendo

PARECERES, sob n.ºs 744, 745 e 746, de 1968, das Comissões

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Educação e Cultura, favorável; e
- de Finanças, favorável.

Em discussão o Projeto, em seu segundo turno. (Pausa.)

Não há manifestação do Plenário.

Dou a discussão como encerrada.

Assim, encerrada a discussão sem emendas e não tendo havido requerimento, no sentido de que o projeto seja submetido a votos, é ele dado como definitivamente aprovado, independentemente de votação, nos termos do Regimento Interno.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 81, DE 1968

Considera de utilidade pública a Fundação de Ensino Superior de Londrina — FESULON —, localizada em Londrina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É considerada de utilidade pública a Fundação de Ensino Superior de Londrina — FESULON —, com sede no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Está finda a Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão designando para

a ordinária de segunda-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 80, DE 1968

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1968 (n.º 823-E/63, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagem nos aeroportos do País (em regime de urgência, nos termos do art. 326, letra 5-C, do Regimento Interno, em virtude da aprovação de Requerimento do Sr. Senador Aurélio Vianna), tendo

PARECERES, sob n.ºs 796 e 797, de 1968, das Comissões:

- de Transportes, favorável;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças (oral) favorável; dependendo de pareceres das Comissões:
- de Constituição e Justiça, sobre o projeto e as emendas de plenário;
- de Transportes, sobre as emendas de plenário;
- de Legislação Social, sobre as emendas de plenário; e
- de Finanças, sobre as emendas de plenário.

2

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO
N.º 35, DE 1968

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 817, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 35, de 1968, (n.º 63-B/68 na Câmara dos Deputados), que aprova o Tratado sobre Principios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes, adotado pela Assembléia das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966.

3

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO
N.º 41, DE 1968

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão

de redação em seu Parecer n.º 819, de 1968), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1968, (n.º 81-B/68 na Câmara dos Deputados), que aprova o Acórdão de Comércio entre a República Federativa do Brasil e a Índia, assinado em Nova Déli, em 3 de fevereiro de 1968.

4

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 37, DE 1968

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 827, de 1968) do Projeto de Lei do Senado n.º 37, de 1968, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que institui o "Dia Nacional dos Direitos Humanos".

PROJETOS SOBRE A MESA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

1

Projeto de Resolução n.º 57/68, que "altera o art. 90-A da Resolução n.º 3, de 1963."

Dias: 30 de setembro, 1 e 2 de outubro.

2

Projeto de Resolução n.º 58/68, que "altera o art. 93 da Resolução n.º 2, de 1959 (Regimento Interno)".

Dias: 30 de setembro, 1 e 2 de outubro.

CONGRESSO NACIONAL PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

1

Projeto de Lei n.º 23/68 (CN), que "dá nova redação ao inciso IV do parágrafo único do art. 174 do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966".

(Comissão Mista — Presidente: Senador José Ermirio — Relator: Deputado Raimundo Andrade.)

Calendário

Dia 3-10 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas.

Prazo — Início: 4-9-68. Término: 13-10-68.

2

Projeto de Emenda a Constituição n.º 4/68, que "dá nova redação ao caput do art. 76, suprime os seus §§ 1.º, 2.º e 3.º, e dá nova redação ao § 1.º do art. 79 e o art. 81 da Constituição Federal".

Calendário

Dia 22-10 — Continuação da votação em primeiro turno.

CALENDÁRIO DOS VETOS A SEREM APRECIADOS

Dia 1.º de outubro:

— Projeto de Lei n.º 33/65, no Senado, e n.º 3.364/65, na Câmara, que "dispõe sobre o processo judicial de mudança de nome ou de prenome do brasileiro por naturalização, e dá outras providências" (veto total);

Dia 2 de outubro:

— Projeto de Lei n.º 33/67, no Senado, e n.º 856/67 na Câmara, que "dispõe sobre a ocupação de próprio da União por servidores públicos federais, e dá outras providências" (veto total);

Dia 8 de outubro:

— Projeto de Lei n.º 82/68, no Senado, e n.º 46-B/68, na Câmara, que "concede estímulos fiscais à indústria de fabricação de empilhadeiras" (veto total);

Dia 9 de outubro:

— Projeto de Lei n.º 74/68, no Senado, e n.º 1.222-B/68, na Câmara, que "acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966 estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no Exterior, que venham a exercer sua profissão no Brasil" (veto total);

Dia 10 de outubro:

— Projeto de Lei n.º 79/68, no Senado, e n.º 1.309/68 na Câmara, que "dispõe sobre a extirpação e transplante de órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica e científica e dá outras providências" (veto parcial);

Dia 15 de outubro:

— Projeto de Lei n.º 110/68, no Senado, e n.º 1.450 B/68, na Câmara, que "extingue a punibilidade de crimes previstos na Lei n.º 4.729, de 14 de julho de 1965, que define o crime de sonegação fiscal, e dá outras providências" (veto parcial);

Dia 16 de outubro:

— Projeto de Lei n.º 102/63, no Senado, e n.º 418/59, na Câmara, que "cria Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências" (veto total);

Dia 17 de outubro:

— Projeto de Lei n.º 15/68 (CN), que "institui o sistema de sublegendas, e dá outras providências" (veto parcial).

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 10 minutos).

PORTARIA

N.º 03, DE 1968

A Comissão Diretora, no uso das atribuições que lhe confere o art. 77, da Resolução n.º 6, de 1960, resolve:

- a) designar os funcionários ROMEU ARRUDA, Oficial Legislativo, PL-5 e KLEBER SOUZA, Auxiliar Legislativo, PL-10, para, sob a presidência do Sr. Senador Dinarte Mariz, 1.º Secretário, constituírem a Comissão Organizadora dos programas e instruções para o concurso público de Guarda de Segurança, a ser realizado;
- b) nomear PAULO NUNES AUGUSTO DE FIGUEIREDO, Vice-Diretor Geral, PL-0 e PAULO MACHADO ALVIM, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, para, sob a presidência do Sr. Senador Juízo Mondim, 1.º Suplente, constituírem a Banca Examinadora do referido concurso;
- c) autorizar o Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal a publicar, depois da homologação prevista na letra anterior, edital no Diário Oficial e Diário do Congresso Nacional, e avisos em jornais diários, instruções para a execução do concurso público, observando-se as normas regulamentares.

Senado Federal, 26 de setembro de 1968. — **Gilberto Marinho**, Presidente.

Instituto de Previdência dos Congressistas

"Demonstração da Conta "Receita e Despesa" até o mês de agosto de 1968"

R E C E I T A

1.000 — RECEITAS CORRENTES			
1.100 — RECEITA TRIBUTÁRIA			
1111 — Contribuições de Segurados Obrigatórios			
01 — Da Câmara	329.160,00		
02 — Do Senado	44.648,00	373.808,00	
1112 — Contribuições de Segurados Facultativos			
01 — Da Câmara	185.953,33		
02 — Do Senado	82.717,80	268.671,13	
1113 — Contribuições de Pensionistas		83.336,27	
1114 — Contribuições p/Cobertura de Carência			
02 — Segurados Facultativos		43.346,90	
1115 — Contribuições de Mandato Estadual			
01 — Obrigatório	2.250,00		
02 — Facultativo	2.835,00	5.085,00	774.247,30
1.200 — RECEITA PATRIMONIAL			
1221 — Obrig. Reaj. Tes. Nacional			
01 — Juros		19.665,15	
1223 — Letras do Tesouro de Minas Gerais			
01 — Juros		300.000,00	
1231 — Juros de Depósitos Bancários			
01 — Conta Movimento	9.018,74		
02 — Conta Prazo Fixo	44.000,00	53.018,74	
1240 — Receita de Empréstimos Concedidos			
01 — Juros do Fundo Assistencial		22.500,00	
1241 — Juros de Empréstimos Simples		114.272,20	509.456,09
1.400 — RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
1411 — Contribuições da Câmara		170.755,56	
1412 — Contribuições do Senado		123.214,75	
1420 — Contrib. Decorrentes do Saldo de Diárias			
01 — Da Dotação da Câmara	67.080,00		
02 — Da Dotação do Senado	3.300,00	70.380,00	
1490 — Contribuições Diversas		75.000,00	439.350,31
1.500 — RECEITAS DIVERSAS			
1510 — Multas e Juros de Mora			
01 — Sobre Contribuições	481,62		
02 — Sobre Empréstimos Simples	2.830,09	3.311,71	
1590 — Outras Receitas Diversas		137,20	3.448,91
TOTAL DA RECEITA			1.726.502,61

D E S P E S A

3.000 — DESPESAS CORRENTES			
3.100 — DESPESAS DE CUSTEIO			
3113 — Gratificações a Servidores			
(Res. Cons. 10/68)		18.000,00	
3130 — Serviços de Terceiros		5.000,00	
3160 — Conserv. Máq. Motores e Aparelhos		56,00	
3170 — Despesas Diversas		80,00	23.136,00
3.200 — DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3281 — Pensões a Contribuintes		1.190.350,95	
3282 — Pensões a Beneficiários		86.875,09	
3283 — Pensão a Beneficiários Especiais		3.407,15	
3285 — Aux. Pec. Seguro de Vida		4.692,00	
3286 — Dev. juros p/Pgt.º Antecipado		11.839,48	
3289 — Div. Despesas de Previdência Social			
01 — Rest. de Contribuições	17.587,51		
02 — Rest. de Empréstimos	1.191,00	18.778,51	1.315.943,18
TOTAL DA DESPESA			1.339.079,18
— Resultado Operacional ATÉ AGOSTO/68			387.423,43
TOTAL			1.726.502,61

Brasília, DF, 30 de agosto de 1968.

Arruda Câmara
PresidenteJosé Sylvio de Sousa Grell
CRC-33027-SP/2.ª-DFEdmundo Miranda
Tesoureiro

Instituto de Previdência dos Congressistas
"DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"
DO MÊS DE AGOSTO DE 1968"

R E C E I T A

1.000 — RECEITAS CORRENTES			
1.100 — RECEITA TRIBUTÁRIA			
1111 — Contribuições de Segurados Obrigatórios			
01 — Da Câmara	109.680,00		
02 — Do Senado	17.276,00	126.956,00	
1112 — Contribuições de Segurados Facultativos			
01 — Da Câmara	61.922,63		
02 — Do Senado	31.769,94	93.692,57	
1113 — Contribuições de Pensionistas		17.041,45	
1114 — Contribuições P/Cobertura de Carência			
02 — Segurados Facultativos		12.760,80	
1115 — Contribuição de Mandato Estadual			
01 — Obrigatório	1.260,00		
02 — Facultativo	1.170,00	2.430,00	252.880,82
1.200 — RECEITA PATRIMONIAL			
1231 — Juros de Depósitos Bancários			
01 — Conta Movimento		9.018,74	
1241 — Juros de Empréstimos Simples		33.829,22	42.847,96
1.400 — RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
1412 — Contribuições do Senado		48.665,16	
1420 — Contribuições Dec. Saldo de Diárias			
01 — Da Dotação da Câmara	NEG;	13.020,00	35.645,16
1.500 — RECEITAS DIVERSAS			
1510 — Multas e Juros de Mora			
01 — Sobre Contribuições	342,42		
02 — Sobre Emprést. Simples	781,72	1.124,14	1.124,14
TOTAL DA RECEITA			332.498,08

D E S P E S A

3.000 — DESPESAS CORRENTES			
3.100 — DESPESAS DE CUSTEIO			
3113 — Gratificações a Servidores			
(Res. Cons. 10/68)		7.200,00	
3130 — Serviços de Terceiros		1.000,00	8.200,00
3.200 — DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3281 — Pensões a Contribuintes		243.370,54	
3282 — Pensões a Beneficiários		17.272,00	
3283 — Pensões a Benef. Especiais		681,43	
3286 — Dev. de Juros P/Pgt.º Antecipado		3.919,44	
3289 — Div. Despesas de Previdência Social			
01 — Rest. de Contribuições	2.886,61		
02 — Rest. de Empréstimos	841,00	3.727,61	268.971,02
TOTAL DA DESPESA			277.171,02
— Resultado Operacional de Agosto/68			55.327,06
TOTAL			332.498,08

Brasília, DF., 30 de agosto de 1968.

Arruda Câmara
Presidente

José Sylvio de Sousa Grell
CRC-33027-SP/2.ª-DF

Edmundo Miranda
Tesoureiro

Instituto de Previdência dos Congressistas

7.000 — ATIVO

7.100 — DISPONÍVEL

7.110 — Caixa		30.757,99	
7.120 — Dep. Banc. C/Movimento	102.594,74		
7.121 — Banco do Brasil S/A	773.649,49	876.244,23	
7.130 — Dp. Banc. C/Prazo Fixo	1.340.057,69		
7.131 — Caixa Econômica Federal de Brasília C/Mon.	400.000,00	1.740.057,69	2.647.059,91

7.200 — REALIZÁVEL

7.211 — Obrigações Reaj. Tesouro Nacional		168.500,00	
7.213 — Letras do Tesouro de Minas Gerais		2.919.893,00	
7.221 — Empréstimos Simples		508.280,52	
7.222 — Fundo Assistencial		400.000,00	
7.223 — Seguro Coletivo de Carência			
01 — Obrigatórios	3.068,00		
02 — Facultativos	20.537,96	23.605,96	
7.252 — Contrb. Exerc. Atual a Receber			
02 — Do Senado		24.284,12	4.044.563,60

7.300 — ATIVO PERMANENTE

7.310 — Equipamentos e Instalações	2.724,00		
7.311 — Máquinas, Motores e Aparelhos	31.677,88		
7.316 — Aparelhos de Copa e Cozinha	170,00		34.571,88

SOMA DO ATIVO 6.726.195,39

7.900 — ATIVO DE COMPENSAÇÃO

7.920 — Devedores por Valores em Cobrança			
01 — Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A	2.923.500,00		
7.930 — Devedores por Valores em Custódia			
01 — Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A	168.500,00	3.092.000,00	

TOTAL GERAL 9.818.195,39

8.000 — PASSIVO

8.100 — EXIGÍVEL

8.114 — Credores Diversos			
01 — De Empréstimos Simples		0,28	
8.200 — FUNDO DE GARANTIA			
8.210 — Fundo de Reserva Técnica		2.788.500,00	
8.300 — NÃO EXIGÍVEL			
8.330 — Resultado Operacional			
01 — Exercícios Anteriores	2.663.327,00		
02 — Exercício Atual	387.423,43	3.050.750,43	5.839.250,71
Superavit Técnico			886.944,68

SOMA DO PASSIVO 6.726.195,39

8.900 — PASSIVO DE COMPENSAÇÃO

8.930 — Valores em Custódia	2.923.500,00		
8.930 — Valores em Custódia	168.500,00	3.092.000,00	

TOTAL GERAL 9.818.195,39

Brasília, DF., 30 de agosto de 1968.

Arruda Câmara
Presidente

José Sylvio de Sousa Grell
CRC-33027-SP/2.ª-DF

Edmundo Miranda
Tesoureiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ATA DA OCTOGÉSIMA-NONA REUNIAO ORDINARIA REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1968

Aos dezoito dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e oito, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro-Secretário, presentes os Srs. Atílio Fontana, Celestino Filho, Aniz Badra, João Alves e Henrique La Rocque, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a Ata da reunião anterior o Sr. Presidente apresenta o requerimento do Sr. Gilberto Mestrinho Medeiros Raposo, ex-Parlamentar, cassado, que solicita o pagamento de pensão. O Conselho aprova o parecer do relator favorável ao interessado e com base na decisão referente ao Sr. Leonel Brizolla. Em continuação, o Diretor da Secretaria do IPC apresenta relatório referente a sua participação no 1.º Congresso de Institutos de Previdência Estaduais, ocorrido na Guanabara em outubro do ano p.p. A seguir o Sr. Presidente distribui ao Sr. Aniz Badra a proposta para seguro coletivo apresentada pela Companhia Aliança de Minas Gerais S/A. Prosseguindo, o Sr. Atílio Fontana, relata, favoravelmente a proposta orçamentária para o presente exercício. O Sr. João Alves solicita a palavra para prestar esclarecimentos sobre a parte do parecer que se refere a contagem de mandato estadual, em relação com a presente proposta orçamentária. O Sr. Presidente presta esclarecimentos sobre os projetos em curso no Congresso, também, mencionados no parecer. Submetido a votação o parecer é aprovado por unanimidade. Em continuação, o Sr. Presidente apresenta o pedido do Banco de Goiás S/A., para depósito naquele estabelecimento de crédito. O Conselho aprova a abertura da conta referida, no valor de NCr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos). Finalmente são deferidos os requerimentos de auxílio-doença dos Srs. José Edson Burlamaqui de Miranda, Orlando Ribeiro Cervo, José Lyra Barroso de Ortegá, Julio Cesar Leite, Aloisio Pereira dos Santos, José Alberto Gonçalves da Motta, João Her-

culino de Souza Lopes, Yone Abreu de Almeida, Aniz Badra, Eurípedes Cardoso de Menezes, Carlos Tavares de Lyra, Arlindo Gadelha Lauriano, Vasco Amaro da Silveira Filho, Lola Azra Barrenechea, Agenor Nunes de Maria, Arrigo de Almeida e Djalma Marinho Muniz Falcão. Nada mais havendo para tratar o Sr. Presidente encerra a sessão às treze horas e para constar, eu, Alberto de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

(as.) Monsenhor Arruda Câmara.

ATA DA NONAGÉSIMA REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 1968.

Aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e oito, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro-Secretário, presentes os Srs. Armando Corrêa, Celestino Filho, Passos Pôrto e Henrique La Rocque, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a Ata da reunião anterior o Sr. Presidente dá conhecimento ao Conselho Deliberativo do Decreto do Executivo que dispensa o reconhecimento de firmas nos documentos encaminhados às repartições públicas, indagando se o mesmo deve ser estendido ao IPC. O Conselho aprova o parecer do Presidente no sentido de que o IPC deve adotar as mesmas normas do referido Decreto. Finalmente são deferidos os requerimentos de inscrição dos Srs. José Felix de Lima, Geraldo Lopes, Talvanis da Rocha Lima e Sebastião Augusto Machado; de desligamento: Sr. José Lyra Barros Ortegá. Nada mais havendo para tratar o Sr. Presidente encerra a sessão às treze horas e, para constar, eu, Alberto de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

(as.) Monsenhor Arruda Câmara.

ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1968.

Aos dez dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e oito, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro-Secretário, presentes os Srs. Cattete Pinheiro, Armando Corrêa, Passos Pôrto e Alexandre Costa, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a Ata da reunião anterior o Sr. Presidente esclarece ao Conselho que o Contrato do Contador Sílvio Greel terminará no próximo dia 15, sugerindo que o mesmo seja renovado até o dia 31 de dezembro deste ano, quando, então, ele deverá ser dispensado, com os benefícios previstos nas leis trabalhistas. O Conselho aprova esta sugestão. Em continuação, trata-se do processo de auxílio-doença do Sr. Dante Perroni, referente a intervenção cirúrgica dentária e prótese corretora. O Conselho determina a concessão de NCr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros novos) como auxílio ao interessado. Finalmente são deferidos os requerimentos de inscrição dos Srs. José Soares da Rocha, Maria Benedita de Freitas Brandão, Sebastião Flauzino e José Francisco de Souza Dutra; de desligamento: Oyama Brandão Teles, Flávio Bastos Ramos, José Dias Roxo e Antônio Carlos Rocha; de auxílio-doença: Srs. João Araújo, Alfredo Camargo, Luiz Magalhães de Mello, Sonilton Rernandes Campos, Lenine Barros Pinto, Casemiro da Silva Amaral, Josias Ferreira Leite, Aloisio Barbosa de Souza, Dante Perroni, Amaro Ferreira Pessanha, José Gervásio Tôrres Parente, Joaquim Pio Ramos, Antônio Walter de Souza, Freitas, Nêrione Nunes Cardoso, Flaviano Ribeiro Coutinho Filho, Heyderne José Pereira Coelho, Humberto Lucena. Nada mais havendo para tratar o Sr. Presidente encerra a sessão às treze horas e para constar, eu Alberto de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

(as.) Monsenhor Arruda Câmara.

SENADO FEDERAL**CONCURSO PÚBLICO PARA
GUARDA DE SEGURANÇA**

(Republica-se, por ter saído com incorreções, na parte referente às PROVAS, no D.C.N., II, de 03-05-1967.)

DAS PROVAS

Haverá provas de habilitação e de prática de serviço, assim distribuídas:

1.ª — Português

a) redação de pequena comunicação sobre assunto de serviço, tendo em vista fatos apresentados;

b) ditado com 20 linhas, sorteado no momento.

Duração da prova: duas horas.

Mínimo para habilitação: 60 (sessenta) pontos.

2.ª — Aritmética

a) questões sobre os pontos constantes do programa;

b) problemas simples sobre as quatro operações.

Duração da prova: 2 (duas) horas.

Mínimo para habilitação: 50 (cinquenta) pontos.

3.ª — Instrução Moral e Cívica

Resolução de questões objetivas sobre o programa organizado.

Duração da prova: 2 (duas) horas.

Mínimo para a habilitação: 50 (cinquenta) pontos.

4.ª — Geografia

Resoluções de questões objetivas sobre o programa organizado.

Duração da prova: 90 (noventa) minutos.

Mínimo para a habilitação: 50 (cinquenta) pontos.

5.ª — Prova de Investigação Social

Terá por fim verificar, à vista de informações e outras fontes idôneas, se o candidato não apresenta contraindicação para o exercício do cargo.

Visando à obtenção daquelas informações, será, em dada fase de realização do concurso, exigido dos candidatos habilitados nas demais provas o preenchimento de uma ficha na qual deverão fornecer, dentre outras, as seguintes indicações:

a) os três últimos endereços do candidato;

b) relação dos três últimos empregos (particulares ou públicos); nomes e endereços dos empregadores ou das repartições públicas a que serviu, datas de ingresso e saída.

6.ª — Prova de Títulos

Serão considerados somente como títulos os cursos de especialização que disserem respeito à função policial.

Os títulos aceitos pela Banca são os seguintes:

I — Comprovante de curso completo de especialização policial: valor — 20 (vinte) pontos;

II — comprovante de habilitação em concursos para função policial: valor — 20 (vinte) pontos;

III — certidão de exercício de função policial com bom comportamento comprovado: valor — 5 (cinco) pontos por ano, desprezadas as frações.

O máximo de pontos é fixado em 100 (cem). Em caso de empate, terá preferência o candidato com maior número de cursos, de concursos e de tempo de função policial, sucessivamente.

7.ª — Técnica Policial

Resolução de questões práticas e objetivas sobre assunto de natureza policial dentro do programa organizado.

Duração da prova: 3 (três) horas.

Mínimo para habilitação: 60 (sessenta) pontos.

Tratando-se de concurso de provas, a elas os candidatos se submeterão, independentemente de títulos ou diplomas que possuam.

Observar-se-á a ordem do edital na realização das provas. A Banca Examinadora, entretanto, pode alterá-la, quando considerar conveniente.

DOS PROGRAMAS

Os exames de habilitação versarão sobre os assuntos compreendidos nos programas seguintes:

A — Aritmética

I — Números arábicos e romanos;

II — As quatro operações sobre números inteiros e decimais;

III — Problemas sobre as quatro operações.

B — Instrução Moral e Cívica

I — Regras e urbanidade;

II — Constituição da República Federativa do Brasil;

TÍTULO I

Da Organização Nacional

Capítulo I

arts. 1.º, 2.º, 3.º, 6.º, inclusive os parágrafos

Capítulo VI

Do Poder Legislativo

Seção I

Disposições Gerais

do art. 29 a 33, inclusive os parágrafos e incisos.

Prerrogativas dos Deputados e Senadores;

art. 34 e seus parágrafos e art. 38 e seus parágrafos.

Seção III — do art. 43 ao 45, inclusive os parágrafos e incisos (Composição e Competência do Senado Federal).

TÍTULO II**Capítulo IV**

Dos Direitos e Garantias Individuais arts. 150 e 151, com os respectivos parágrafos.

III — Conhecimento e significado cívico de símbolos nacionais;

IV — Grandes datas, acontecimentos e vultos nacionais. Tiradentes; Pedro I; Duque de Caxias; Almirante Tamandaré; Pedro II; Marechal Deodoro; Santos Dumont.

C — Geografia:

Oceanos. Estados do Brasil e Capitais. Principais rios e montanhas.

D — Prova Especializada (Técnica Policial):

Dirigir-se às pessoas e pedir exibição de documentos, sem que as partes se sintam ofendidas.

Incidentes entre Senadores e pessoas estranhas à Casa; tratamento dado às autoridades (Presidente da República, Ministros, Senadores, Deputados, Clero, Oficiais-Generais das Forças Armadas, Desembargadores e Juizes).

Localização das Delegacias do DF e Inspetorias de Trânsito.

Bandeira — sua colocação.

Hino Nacional e Hino à Bandeira.

Noções do Código Penal — crime e contravenção; roubo, furto, fraude, homicídio — doloso e culposo; prisão em flagrante; incidentes entre pessoas estranhas dentro do Senado.

DO JULGAMENTO

Para o cálculo da nota final as provas terão os seguintes pesos:

1) Português	2
2) Aritmética	1
3) Instrução Moral e Cívica	1
4) Geografia	1
5) Prova de Investigação Social	2
6) Prova de Títulos	2
7) Técnica Policial	2

Só será habilitado o candidato que obtiver a média final mínima de sessenta (60) pontos.

Para o julgamento final, observase-á o seguinte critério:

Obtida a média das provas de Aritmética, Geografia e Títulos, acrescentar-se-ão as notas duplicadas das provas de Português, Investigação Social, Técnica Policial e a nota de Instrução Moral e Cívica.

A nota final será esta última soma dividida por sete.

Ocorrendo empate deverá ser observado, sucessivamente, o seguinte critério:

- a) melhor resultado na prova de Investigação Social;
- b) preferência pelo candidato mais idoso.

Após o julgamento pela Banca, e antes da identificação, as provas ficarão à disposição dos candidatos para vista, pelo prazo de 48 horas, a fim de possibilitar formulem recursos, se cabíveis.

O recurso constará de petição dirigida ao Diretor-Geral, sem quebra de sigilo. O recurso, formulado pelo candidato, deverá, sob pena de indeferimento *in limine*, ser fundamentado e indicar, com precisão, as questões e os pontos, objeto de revisão. Se aceitar o pedido de recurso, o Diretor-Geral poderá mandar proceder também à revisão de toda a prova.

A Banca, depois de conhecer das razões apresentadas pelo recorrente, fará a revisão geral ou parcial da prova e emitirá parecer fundamentado, mas só poderá propor a alteração da nota atribuída anteriormente, se ficar evidenciado erro de fato na aplicação do critério do julgamento. Não será apreciada a reclamação, se não redigida em termos convenientes ou não indicar, com absoluta clareza, fatos e circunstâncias que a justifiquem e permitam pronta apuração.

Depois de apreciados os recursos pela Banca, cabe a decisão final ao 1.º-Secretário do Senado Federal, representando a Comissão Diretora.

Os limites mínimos estabelecidos serão rigorosamente obedecidos. Apurar-se-ão as frações até milésimos.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras — edição da Imprensa Nacional — 1943).

As provas manuscritas serão a tinta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro carregada ou esferográfica. O emprêgo de lápis-tinta acarretará a desclassificação do candidato.

Não se admitirá a entrada de candidato que não estiver munido do cartão de identificação fornecido pela Secretaria. Outras provas de identidade não terão valor para o concurso.

Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas, as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

Atribuir-se-á a nota zero à prova que apresentar sinal, expressão ou convenção que possibilite a sua identificação.

Os pontos, os temas e os textos serão sorteados e os impressos respectivos preparados na presença dos candidatos.

O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova estará automaticamente excluído do concurso. Será também excluído por ato da Banca Examinadora o candidato que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com os examinadores, seus auxiliares ou qualquer autoridade presente. Idêntica penalidade será aplicada ao candidato que durante a realização da prova, fôr colhido em flagrante comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente, por escrito ou qualquer outra forma ou de utilização de notas, livros ou impressos, salvo os expressamente permitidos. A ata dos trabalhos deverá registrar qualquer ocorrência dessa natureza.

Não haverá segunda chamada seja qual fôr o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

O não-comparecimento a qualquer prova, mesmo não eliminatória, importará em exclusão do concurso, considerados sem efeitos os exames porventura já prestados e não lhe sendo permitido prestar as provas subsequentes.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A inscrição do candidato, com a assinatura no livro competente, implicará conhecimento destas instruções e compromisso tácito de aceitar as condições do concurso nos termos em que se acham estabelecidas.

É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data da homologação pela Comissão Diretora do Senado Federal.

Os casos omissos serão resolvidos pela Banca Examinadora.

Serão publicados apenas os resultados que permitam a habilitação do candidato.

As nomeações obedecerão rigorosamente à ordem de classificação.

Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento destas instruções.

Tôdas as instruções, chamadas, avisos e resultados serão publicados no **Diário do Congresso Nacional** e no **Diário Oficial**. Não há justificativas para o não-atendimento dos prazos determinados. O candidato deve estar sempre em contato com o Senado para não perder os prazos.

AVISOS

- 1.º) O Senado Federal não se compromete nem no presente nem no futuro, com relação a moradia.
- 2.º) Os candidatos, depois da realização das provas, para efeito

de posse, segundo determinação legal, serão submetidos a exame médico, do qual constará o exame psicotécnico, em caráter eliminatório. — **Evan-dro Mendes Vianna**, Diretor-Geral.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida do estudo e parecer ao Projeto de Lei n.º 23, de 1968 (CN), que "dá nova redação ao inciso IV do parágrafo único do artigo 174 do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966".

ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 1968

As 15 horas e 30 minutos do dia 26 de setembro de 1968, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador José Ermirio, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Duarte Filho, substituindo o Senador Eurico Rezende, conforme ofício lido em Plenário, Raul Giuberti, Antônio Carlos, Flávio Brito, José Leite, Paulo Torres, Argemiro de Figueiredo, Bezerra Neto, Desiré Guarani e Deputados Raymundo Andrade, Alberto Hoffmann, Celso Passos e Argilano Dario, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer ao Projeto de Lei n.º 23, de 1968 (CN), que "dá nova redação ao inciso IV do parágrafo único do artigo 174 do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966".

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Oceano Carleial, Cid Sampaio, Jales Machado, Temístocles Teixeira, Montenegro Duarte, Doin Vieira e Nysia Carone.

O Senhor Presidente declara que, havendo número legal, estão instalados os trabalhos da Comissão e dá a palavra ao Senhor Deputado Raymundo Andrade, que passa a ler o seu parecer, contrário às duas emendas apresentadas e concluindo por um substitutivo.

O Senhor Presidente põe em discussão o parecer e o Deputado Celso

Passos pede a palavra, elogiando o trabalho apresentado.

Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, é submetido a votação o parecer, salvo o destaque à Emenda n.º 1, de autoria do Senador Desiré Guarani, e encaminhado à Mesa. O parecer é aprovado por unanimidade.

Em votação o requerimento de destaque à Emenda n.º 1. Para encaminhar a votação, usa da palavra o Senhor Senador Desiré Guarani, que é contraditado pelo Senhor Relator. O destaque é rejeitado contra o voto do Senador Desiré Guarani.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

O Presidente da Comissão de Finanças, no uso de suas atribuições, **RESOLVE** baixar as seguintes

Instruções para a elaboração do orçamento da União para o exercício financeiro de 1969;

1. Será observado o seguinte calendário:

- a) apresentação de emendas: até às 24 horas do dia 11 de outubro;
- b) apresentação de pareceres à Comissão: 15, 16 e 17 de outubro; e,
- c) remessa a Plenário: 21 de outubro.

2. As emendas serão recebidas pelo Setor de Orçamento da Diretoria da Assessoria Legislativa (10.º andar do Anexo), em regime de horário integral.

3. As emendas serão, obrigatoriamente, datilografadas em formulários próprios, em 5 (cinco) vias, distribuídos pela Assessoria Legislativa.

4. As emendas deverão, obrigatoriamente, ser redigidas com a classificação por subanexo, unidade orçamentária, órgão vinculado, número de identificação (código) e projeto.

5. Não serão recebidas emendas sem a assinatura do Senador.

6. Os Senadores poderão apresentar, como emendas, em formulários próprios, relações de entidades a serem beneficiadas dentro dos critérios de quotas pessoais (subvenções) e de tetos, de acordo com os quantitativos anexos. Para o processamento e classificação dessas entidades será observado o disposto na Lei n.º 1.433, de 13 de dezembro de 1951, que dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções, e na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

7. Os Senadores poderão apresentar, também, sem quantitativos, relações de entidades do Distrito Federal nos Adendos de Federações Desportivas, Subvenções Ordinárias e Extraordinárias, Ministério da Educação e Ministério da Justiça.

8. A Diretoria da Assessoria Legislativa, pelo seu Setor de Orçamento, prestará aos Srs. Senadores a assistência necessária ao atendimento das presentes instruções.

Brasília, 25 de setembro de 1968 — **Argemiro de Figueiredo**, Presidente.

ANEXO: INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE EMENDAS AO PROJETO DE ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1969.

I — QUOTAS PESSOAIS:

1) Conselho Nacional de Serviço Social

Subvenções Ordinárias:

Quotas por Senador NCr\$ 40.000,00
Mínimo por Entidade NCr\$ 1.000,00

Subvenções Extraordinárias:

Quotas por Senador NCr\$ 60.000,00
Mínimo por Entidade NCr\$ 2.000,00

2) Conselho Nacional de Desportos (Auxílios a Federações Desportivas)

Quota por Bancada NCr\$ 4.000,00

II — TETO:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Quotas por Senador NCr\$ 40.000,00
Mínimo por Entidade NCr\$ 4.000,00

1) Departamento Nacional de Educação

— Entidades Educacionais, Culturais, Artísticas, de Pesquisas e Ginásios Cobertos.

2) Diretoria do Ensino Industrial

— Escolas e Ginásios Industriais e Profissionais.

3) Diretoria do Ensino Agrícola

— Escolas, Colégios e Ginásios Agrícolas e Agro-técnicos.

OBSERVAÇÃO: Os Senhores Senadores poderão apresentar sugestões — sem quantitativo — de inclusão de Casas de Estudantes e Escolas de Auxiliar de Enfermagem.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

1) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — (SUDAM).

— Entidades Educacionais e Hospitalares:

Quota por Senador NCr\$ 20.000,00
Mínimo por Entidade NCr\$ 2.000,00

OBSERVAÇÃO: Têm direito à quota os Senadores dos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Maranhão.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 1968

Aos vinte e seis dias do mês de setembro, sob a presidência do Senhor Benedicto Valladares, presentes os Senhores Antônio Carlos, Milton Campos, Aloysio de Carvalho Filho, Bezerra Neto, Carlos Lindenberg, Oscar Passos, Aurélio Vianna, Mário Martins e José Rollemberg Leite, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Mário Martins que tece considerações elogiosas ao Parecer do Senhor Senador Carlos Lindenberg favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 44 de 1968 que autoriza o Presidente da República a dar adesão do Governo brasileiro a quatro Convenções sobre o Direito do Mar, concluídas em Genebra a 29 de abril de 1958 do qual pedia vista na reunião anterior.

2) Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (SUDESUL).

— Entidades Educacionais e Hospitalares:

Quotas por Senador NCr\$ 40.000,00
Mínimo por Entidade NCr\$ 5.000,00

OBSERVAÇÕES: Têm direito à quota os Senadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

3) Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO).

— Entidades Educacionais:

Quota por Senador NCr\$ 20.000,00
Mínimo por Entidade NCr\$ 2.000,00

OBSERVAÇÃO: Têm direito à quota os Senadores dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Departamento de Administração

— Assistência Social ao Menor (somente para Assistência a Menores, Orfanatos, Asilos para Menores, Escolas e Educandários):

Quota por Senador NCr\$ 20.000,00
Mínimo por Entidade NCr\$ 2.000,00

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Departamento Nacional de Saúde

— Auxílios a Entidades Hospitalares e Científicas:

Quota por Senador NCr\$ 20.000,00
Mínimo por Entidade NCr\$ 5.000,00

OBSERVAÇÃO: Os Senhores Senadores poderão apresentar sugestões para Hospitais de Câncer e Abastecimento de Água pelo DNERu.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Parque de Exposição:

Quota por Senador NCr\$ 10.000,00
OBSERVAÇÃO: Somente para uma entidade.
Visto

Argemiro de Figueiredo, Presidente.

O Senhor Presidente submete o parecer a votos verificando-se sua aprovação.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, João Batista Castejon Branco, secretário, a presente Ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. — Benedicto Valladares.

COMISSÃO DE FINANÇAS

40.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1968

As 10 horas do dia 25 de setembro de 1968, na Sala da Comissão de Fi-

nanças, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Pessoa de Queiroz, Antônio Carlos, João Cleofas, Leandro Maciel, Carlos Lindenberg, José Ermírio, Bezerra Neto, José Leite, Mello Braga, Manoel Villaça e Clodomir Millet, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Mem de Sá, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco, Carvalho Pinto, Fernando Corrêa, Júlio Leite e Arthur Virgílio.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que é, em seguida, dada como aprovada.

Inicialmente o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Bezerra Neto que emite os seguintes pareceres:

- favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 90, de 1968, que acrescenta parágrafo ao artigo 1.º da Lei n.º 3.529, de 13 de janeiro de 1959, que dispõe sobre a aposentadoria dos jornalistas profissionais; e
- favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 62, de 1968, que modifica, pelo acréscimo de um parágrafo, o artigo 40 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, bem como à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Os pareceres são aprovados, por unanimidade, pela Comissão.

Em seguida o Sr. Pessoa de Queiroz lê parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara n.º 44, de 1967, que dispõe sobre a concessão de empréstimos e financiamentos pelo Banco do Nordeste do Brasil, e dá outras providências.

Com restrições do Sr. João Cleofas, a Comissão aprova o parecer.

Finalmente, o Sr. José Leite oferece parecer favorável, apresentando Projeto de Resolução, aprovado pela Comissão, ao Ofício S-16, de 1968, do Sr. Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul, solicitando autorização do Senado Federal, para contrair um em-

préstimo externo, equivalente a DM 92.340,00 com C.H.F. MUELLER G.m.b.H. Hamburgo, Alexanderstrasse 1, República Federal da Alemanha, para fornecimento de equipamentos hospitalares — Hospital "Getúlio Vargas".

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

ATA DA 4.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1968

Aos onze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Ruy Carneiro, Presidente, Arnon de Mello, Clodomir Millet e Adalberto Senna, reúne-se a Comissão do Polígono das Secas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Manoel Villaça, Duarte Filho, Menezes Pimentel e Argemiro de Figueiredo.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos e o Secretário lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Ao Projeto de Lei da Câmara n.º 44, de 1967, que "dispõe sobre a concessão de empréstimos e financiamentos pelo Banco do Nordeste do Brasil, e dá outras providências", o Sr. Sen. Arnon de Mello oferece parecer pela rejeição. O parecer em questão, após ser submetido à discussão e votação, é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata que,

uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

ATA DA 9.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1968

(Extraordinária)

As dezesseis horas do dia 23 de setembro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Torres, Presidente, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira, José Guimard e Atílio Fontana, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Ney Braga, José Cândido, Oscar Passos e Mário Martins.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior e a mesma é tida como aprovada pela Comissão.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Lobão da Silveira, Relator do item único da Pauta, Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 1968 (n.º 78-A/68, na Câmara).

O Sr. Relator tece considerações sobre o Projeto em tela, que autoriza o Presidente da República a dar adesão do Governo Brasileiro a quatro Convenções sobre o Direito do Mar, concluídas em Genebra, a 29 de abril de 1968.

Após tecer considerações sobre os acordos em tela, o Sr. Relator aborda a tramitação do projeto no Congresso Nacional, concluindo por lhe oferecer parecer favorável.

O Sr. Presidente declara em discussão o projeto e o parecer; não se verificando a inscrição de oradores, é pôsto em votação o parecer, que é aprovado e assinado pelos presentes.

O Sr. Presidente, em conclusão, agradece a seus pares a presença.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião.

Para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA DA 14.^a REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 1968

As dez horas do dia vinte e seis de setembro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Menezes

Pimentel, Presidente, presentes os Srs. Senadores Duarte Filho, Antônio Carlos, Edmundo Levy e Adalberto Sena, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, os Srs. Senadores Mem de Sá, Antônio Balbino e Aloysio de Carvalho.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é aprovada.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Duarte Filho a fim de emitir

parecer sobre a matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Sr. Senador Duarte Filho lê parecer por substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1968, que "dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio".

Em discussão e votação é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente: Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1.º-Vice-Presidente: Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2.º-Vice-Presidente: Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1.º-Secretário: Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2.º-Secretário: Victorino Freire (ARENA — MA)
 3.º-Secretário: Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4.º-Secretário: Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1.º-Suplente: Guido Mondin (ARENA — RS)
 2.º-Suplente: Vasconcelos Tôrres (ARENA — RJ)
 3.º-Suplente: Lino de Mattos (MDB — SP)
 4.º-Suplente: Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)
 Vice-Líderes — Eurico Rezende (ARENA — ES)
 Petrônio Portella (ARENA — PI)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)
 Vice-Líderes — Wilson Gonçalves (CE)
 Petrônio Portella (PI) Manoel Villaça (RN)
 Antônio Carlos (SC)

DO M.D.B.

Líder — Aurélio Vianna (3B)
 Vice-Líderes — Arthur Virgílio (AM)
 Bezerra Neto (MT) — Adalberto Sena (AC)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Arnon de Mello	José Leite
Domicio Gondim	José Guimard
Paulo Torres	Adolpho Franco
João Cleofas	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	Aloysio de Carvalho

M.D.B.

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos, Rodrigues Costa — R/247.
 Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
José Feliciano	Atílio Fontana
Ney Braga	Leandro Maciel
João Cleofas	Benedicto Valladares
Teotônio Vilela
Milton Trindade	Sigefredo Pacheco

M.D.B.

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo

Secretário: J Ney Passos Dantas — R/244.

Reuniões: terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMERCIO

ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Mello Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

SUPLENTE

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

M.D.B.

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portella
 Carlos Lindenberg
 Arnon de Mello
 Clodomir Millet

SUPLENTE

Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolpho Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

M.D.B.

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levy

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portella
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaça
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Mello Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolpho Franco

M.D.B.

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R/245.

Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA**TITULARES**

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domício Gondim
Leandro Maciel
Atílio Fontana
Ney Braga

SUPLENTES

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres
Adolpho Franco
Antônio Carlos

M.D.B.

Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião Archer

José Ermírio
Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247

Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA**TITULARES**

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTES

Benedito Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portella

M.D.B.

Adalberto Sena
Antônio Balbino

Ruy Carneiro
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247

Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E
CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E
POVOAMENTO**

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
Moura Andrade
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTES

José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portella
Manoel Villaga

M.D.B.

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Sena
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA**TITULARES**

João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTES

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

M.D.B.

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA**TITULARES**

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTES

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Mello Braga

M.D.B.

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella

Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Petrônio Portella
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

M.D.B.

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245.

Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA

TITULARES

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

M.D.B.

Josaphat Marinho
José Ermírio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245.

Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Leandro Maciel

M.D.B.

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna

Adalberto Sena

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245.

Reuniões: quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

M.D.B.

José Ermírio
Aurélio Vianna
Mário Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — R/245.

Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

M.D.B.

Nogueira da Gama

Edmundo Levi

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando Corrêa
Arnon de Mello
José Cândido

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Teotônio Vilela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M.D.B.

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

SUPLENTES

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

M.D.B.

Adalberto Sena
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/241.
Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTES

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domicio Gondim
Manoel Villaga
Mário Braga

M.D.B.

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241
Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Guimard

SUPLENTES

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrônio Portella
Leandro Maciel

M.D.B.

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Sena
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: terça-feira, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domicio Gondim
João Cleofas

SUPLENTES

Paulo Torres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

M.D.B.

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

SUPLENTES

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

M.D.B.

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COLEÇÃO DE

DECRETOS-LEIS

(GOVÊRNO CASTELLO BRANCO)

E

LEGISLAÇÃO CORRELATA

N.os 1 A 318

(OBRA ELABORADA PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, COMPOSTA E IMPRESSA
PELO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL)

(4 VOLUMES EM UM TOTAL DE 2.096 PÁGINAS)

PREÇO DA OBRA COMPLETA:

EM BROCHURA NCr\$ 40,00

ENCADERNADA NCr\$ 80,00

INTRODUÇÃO

O Ato Institucional n.º 2 (art. 30 e parágrafo único do art. 31) conferiu ao Presidente da República a faculdade de legislar mediante decretos-leis sobre matéria de segurança nacional, estando em pleno funcionamento o Congresso Nacional, ou ainda, decretado o recesso parlamentar por ato complementar, em todas as matérias previstas na Constituição e na lei orgânica.

Baseado no primeiro destes dispositivos, o Presidente Castello Branco expediu o Decreto-Lei n.º 1, em 13 de novembro de 1965, instituindo o cruzeiro novo. A este seguiram-se outros, num conceito amplo de segurança nacional nem sempre aceito, especialmente pelos adversários do Governo. O Decreto-Lei n.º 19/66 originou grande celeuma, já que versava sobre matéria recém-deliberada pelo Congresso Nacional, contrariando a decisão do Legislativo, que rejeitara veto aposto pelo Presidente da República ao Projeto de Lei n.º 3.500/66. À promulgação da parte vetada pelo Chefe da Nação e mantida pelo Congresso, seguiu-se a expedição do decreto-lei.

O recesso parlamentar decretado com o Ato Complementar n.º 23, de 20-10-66 a 22-11-66, possibilitou ao Presidente

da República legislar sobre todas as matérias previstas na Constituição. Assim é que, neste período, foram objeto de decretos-leis matérias versadas em projetos de lei enviados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional e já em tramitação, como a criação do Instituto Nacional do Cinema, a reforma universitária etc., projetos estes que, levantando a opinião pública, vinham recebendo críticas e sugestões, não só dos parlamentares, mas das classes diretamente interessadas que se pronunciavam através de memoriais ao Legislativo.

O Ato Institucional n.º 4, convocando o Congresso Nacional para discutir e votar o projeto de Constituição de origem governamental, possibilitava ao Presidente da República baixar decretos-leis sobre segurança nacional e matéria financeira, e, ainda, sobre matéria administrativa, no período de recesso parlamentar.

A Constituição de 1967 faculta ao Presidente da República a expedição de decretos-leis sobre segurança nacional e finanças públicas. Entretanto, esta faculdade é limitada aos casos de urgência ou de interesse público relevante e não

podendo acarretar aumento de despesa. Embora entrem em vigor na data de sua publicação, estes decretos-leis são sujeitos ao **referendum** do Congresso Nacional que os aprovará ou rejeitará integralmente, dentro de sessenta dias. Findo este prazo, sem deliberação, o texto é tido como aprovado.

Se os decretos-leis baixados pelo atual Governo são, de acordo com a Constituição em vigor, debatidos e votados pelo Congresso Nacional, logo após sua expedição, embora já vigentes, e, portanto, produzindo efeitos, os decretos-leis emanados com base nos Atos Revolucionários escaparam à apreciação do Poder Legislativo.

De 13 de novembro de 1965 a 14 de março de 1967, 319 (trezentos e dezenove) decretos-leis foram expedidos pelo Presidente Castello Branco, variando seu objeto desde a simples alteração do nome de uma escola a transformações substanciais na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, novo código do ar, nova redação do código de mineração, normas para a Reforma Administrativa, nova lei de segurança nacional etc.

Vários foram os dispositivos legais alterados ou revogados mediante decretos-leis, e as remissões a normas, por vezes antigas, são inúmeras. Visando à melhor compreensão dos 319 decretos-leis do Presidente Castello Branco, a **Diretoria de Informação Legislativa**, por determinação do Presidente do Senado Federal, Senador Auro Moura Andrade, elaborou o presente trabalho em que, a par dos textos integrais dos decretos-leis, transcreve toda a legislação alterada ou simplesmente citada naqueles diplomas, assim como um ementário da legislação posterior correlata.

Foi o seguinte o

PLANO DE TRABALHO

1) LEGISLAÇÃO CITADA.

Após o texto do decreto-lei é transcrita a legislação citada, compreendendo os dispositivos alterados, revogados ou simplesmente mencionados.

Na primeira coluna (entre parênteses): o artigo, parágrafo, inciso ou alínea do decreto-lei em que é citada a norma legal.

A seguir, a lei (decreto, decreto-lei ou dispositivo constitucional) citada (ementa e data de publicação).

Se a referência é feita a determinado artigo, este é transcrito.

Para melhor compreensão, são fornecidas em notas todas as normas a que são feitas remissões. Inúmeras vezes, foram necessárias **notas de notas**, num verdadeiro **encadeamento de legislação**, que só finda quando a matéria está suficientemente esclarecida.

Sempre que necessário, divulgamos também os textos de Resoluções ou Portarias citadas, como, por exemplo, a Portaria n.º 729/62, do Presidente da NOVACAP, a que se refere o Decreto-Lei n.º 274/67.

Evitamos transcrever dispositivos dos decretos-leis do Presidente Castello Branco, de vez que sua consulta pode ser feita facilmente nesta obra, parecendo-nos, portanto, dispensável repeti-los na legislação citada.

Em primeira leitura, as notas parecerão falhas, já que, algumas vezes, não seguem rigorosamente a ordem numérica. A alteração na seqüência das notas foi necessária na composição gráfica, que, para facilitar a consulta, colocou, sempre que possível, as notas nos rodapés das páginas em que são feitas as citações. Os tipos usados na impressão distinguem com exatidão as citações e remissões.

2) LEGISLAÇÃO POSTERIOR

Compreende as alterações e regulamentações dos decretos-leis, assim como as remissões que lhes são feitas, em legislação emanada após sua expedição.

Na primeira coluna: a lei, decreto — ou decreto-lei (número e data de publicação) posterior ao decreto-lei e que a ele se refere.

Na segunda coluna: é explicitado se se trata de alteração, regulamentação ou simples citação.

Quando apenas um dispositivo da lei posterior se refere ao decreto-lei, é determinado qual o artigo em que é feita a remissão.

Da mesma forma, se apenas um (ou mais) dispositivo do decreto-lei é alterado, regulamentado ou referido, este dispositivo é determinado.

Pedidos ao

Serviço Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1503

Brasília, DF

Nota: Todos os pedidos devem vir acompanhados de cheque visado, ordem de pagamento, ou vale-postal, pagáveis em Brasília, a favor do Serviço Gráfico do Senado Federal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

EDITADA PELO

SENADO FEDERAL

DIREÇÃO:

Leyla Castello Branco Rangel

Diretoria de Informação Legislativa

Ano I — N.º 1 — Março de 1964
 Ano I — N.º 2 — Junho de 1964
 Ano I — N.º 3 — Setembro de 1964
 Ano I — N.º 4 — Dezembro de 1964
 Ano II — N.º 5 — Março de 1965
 Ano II — N.º 6 — Junho de 1965
 Ano II — N.º 7 — Setembro de 1965
 Ano II — N.º 8 — Dezembro de 1965
 Ano III — N.º 9 — Março de 1966
 Ano III — N.º 10 — Junho de 1966

NÚMEROS PUBLICADOS:

Ano III — N.º 11 — Setembro de 1966

COLABORAÇÃO

Poder legislativo — (Senador Josaphat Marinho)
 O direito constitucional e a ordem social — (Prof. Almir de Andrade)
 Direitos de personalidade — (Prof. Orlando Gomes)
 O princípio da responsabilidade e a autoridade constitucional que o poderá tornar efetivo — (Dr. João de Oliveira Filho)
 Origens do controle da constitucionalidade das leis — (Prof. Wilson Accioli de Vasconcellos)
 O amparo ao ser humano: da assistência à previdência social — (Aiman Guerra Nogueira da Gama)

PESQUISA

Controle da natalidade — (Rogério Costa Rodrigues)
 Terras devolutas — (Humberto Haydt de Souza Mello)
 O poder legislativo na Itália — (Leyla Castello Branco Rangel)

DOCUMENTAÇÃO

Estabilidade (2ª parte) — Histórico da Lei nº 5.107/66 e do Decreto-Lei nº 20/66 — (Sara Ramos de Figueiredo)
 Prisão administrativa — (Lêda Maria Cardoso Naud)
 Subsídios dos parlamentares — (Humberto Haydt de Souza Mello)

ARQUIVO

Mudança da capital do Brasil

Ano III — N.º 12 — Outubro, Novembro e Dezembro de 1966

HOMENAGEM

Dr. Isaac Brown — (Discursos)

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

Elaboração legislativa — (Senador Auro Soares Moura Andrade)

COLABORAÇÃO

Lei orgânica dos partidos políticos — (Senador Josaphat Marinho)
 Traços da presença de Rui Barbosa no Direito — (Deputado Rubem Nogueira)
 Carvão é aço (Mercado mundial — América Latina — Brasil) — (Deputado Batista Miranda)
 Partidos, congresso, democracia — (Paulo Figueiredo)
 Previdência social: rumo à "segurança social" — (Aiman Guerra Nogueira da Gama)
 A previdência social e as constituições republicanas — (Afonso César)

DOCUMENTAÇÃO

A nova lei de imprensa comentada pela imprensa — (Rogério Costa Rodrigues)

PESQUISA

Estado de sítio e suspensão de liberdades individuais — (Lêda Maria Cardoso Naud)
 Terrenos de Marinha — (Humberto Haydt de Souza Mello)
 Integração regional do Distrito Federal — (Francisco Sampaio de Carvalho)

REVISTAS

Ano IV — N.ºs 13 e 14 — Janeiro a Junho de 1967

COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade da lei de segurança nacional — (Senador Josaphat Marinho)
 Em defesa do preço mínimo para o minério de ferro — (Deputado Batista Miranda)
 Limites dos decretos-leis — (Professor Nelson de Sousa Sampaio)

DOCUMENTAÇÃO

Senado Federal: competência. Art. 64 da Constituição Federal de 1946 (art. 45, IV, da Constituição de 1967)

PESQUISA

Associações de utilidade pública — (Adolfo Eric de Toledo)

Inquilinato — (Humberto Haydt de Souza Mello)

Censura teatral e cinematográfica no País — (Rogério Costa Rodrigues)

O Federalismo — (Leda Maria Cardoso Naud)

ARQUIVO

Documento histórico — Coroação e sagração de D. Pedro I

Ano IV — N.ºs 15 e 16 — Julho a Dezembro de 1967

COLABORAÇÃO

"Pela Revisão Constitucional" — (Senador Josaphat Marinho)

"Política Salarial" — (Senador Carvalho Pinto)

"Novos Aspectos da Competência Constitucional do STF" — (Ministro Gonçalves de Oliveira)

"Imunidades Parlamentares" — (Prof. Raul Machado Horta)

DOCUMENTAÇÃO

"Sindicato — legislação brasileira" — (Rogério Costa Rodrigues)

"A Aposentadoria do Servidor Público" — (Humberto Haydt de Souza Mello)

PESQUISA

"Menor — um problema pôsto em questão" (1ª parte — "O Menor e o Direito do Trabalho") — (Adolfo Eric de Toledo)

"Mar Territorial" — (Tito Mondim)

"I.C.M." — (Francisco Sampaio de Carvalho)

ARQUIVO

"Índios e Indigenismo" — (Leda Maria Cardoso Naud) — documento histórico — informações relativas à civilização dos índios (1827)

Ano V — N.º 17 — Janeiro a Março de 1968

COLABORAÇÃO

"A autonomia dos municípios e a segurança nacional" — (Senador Josaphat Marinho)

"Pedro Lessa e sua influência na evolução constitucional do Brasil" — (Deputado Rubem Nogueira)

"Obrigação de contratar" — (Professor Orlando Gomes)

"Os Decretos-Leis na Constituição de 1967" — (Professor Otto de Andrade Gil)

"A integração do município no processo do desenvolvimento" — (Professor Rubem de Oliveira Lima)

BIBLIOGRAFIA

"Segurança nacional e assuntos correlatos" — Biblioteca do Senado Federal

DOCUMENTAÇÃO

"Segurança nacional" (legislação, projetos, pronunciamentos) — (Fernando Giuberti Nogueira)

PESQUISA

"Menor — um problema pôsto em questão" — (2ª parte: o menor no Direito Civil) — (Adolfo Eric de Toledo)

"Justiça Militar" — (Sara Ramos de Figueiredo)

"Leis Complementares" — (Rogério Costa Rodrigues)

ARQUIVO

"Limites Brasil-Paraguai" (documento histórico: "Tratado da Aliança Brasil-Argentina-Uruguai", de 1-5-1865) — (Leda Maria Cardoso Naud)

Ano V — N. 18 — Abril a Junho de 1968

COLABORAÇÃO

"O Estado de Israel" — (Senadores Ney Braga, Leandro Maciel e Aarão Steinbruch)

"A Morte de Robert Kennedy e os Nossos Rumos" — (Senador Ney Braga)

"A Longa Revolução do Nosso Tempo" — (Professor Anísio Spínola Teixeira)

"Evolução do Sistema Constitucional Tributário Brasileiro" — (Professor Geraldo Ataliba)

"O Tribunal de Contas e o Problema da Constitucionalidade das Leis e Atos" — (Professor Wilson Accioli de Vasconcellos)

"A Apreciação das Contas Públicas Anuais pelo Poder Legislativo" (Dr. Luiz Zaidman)

BIBLIOGRAFIA

"Energia Elétrica e Assuntos Correlatos" — (Biblioteca do Senado Federal)

DOCUMENTAÇÃO

"Energia Elétrica — Concessionárias" — (Diretoria de Informação Legislativa)

PESQUISA

"Menor, Um Problema Pôsto em Questão (3ª Parte: O Menor no Direito Penal)" — (Adolfo Eric de Toledo)

"O Confinamento Face à Constituição de 1967" — (Rogério Costa Rodrigues)

"Acórdos Culturais Entre Brasil e Portugal" — (Leda Maria Cardoso Naud)

NOTA: Dos n.ºs de 1 a 10 deixamos de publicar os respectivos sumários visto termos um índice dos mesmos, que forneceremos, como cortesia, a quem os solicitar.

PREÇOS:

Número Avulso NCr\$ 5,00 — Número Atrasado NCr\$ 6,00

Assinatura Anual

Via Superfície NCr\$ 20,00 — Via Aérea NCr\$ 40,00

PEDIDOS AO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podéres

Caixa Postal 1503

Brasília — DF

Serviço Gráfico do Senado Federal

CAIXA POSTAL 1503

BRASÍLIA — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: NCr\$ 0,20